



o seu futuro agora

BAYPORT
SERVIÇOS FINANCEIROS

Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A.

Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018



Visão Geral

A Bayport continuou a crescer em 2018, como pode ser visto pelo crescimento significativo em indicadores-chave como lucro, receita de juros, empréstimo e Retorno sobre Activos. Esse crescimento foi apoiado por meio da contínua expansão tanto da infraestrutura tangível e intangível, em áreas como, não se limitando apenas em, reforma de agências, recrutamento e treinamento de pessoal adicional.

Como evidência do crescimento da Bayport, o Banco, em dezembro de 2018, foi classificado como a 8ª maior instituição financeira quando medida pelo tamanho da carteira de empréstimos, dois lugares acima do final de 2017. Essa melhoria no ranking coloca a Bayport numa posição destacada comparando à alguns bancos com licenças comerciais completas.

Economia moçambicana e perspectivas

Estima-se que a economia moçambicana cresceu em 3.5% em 2018, no entanto houve um ligeiro decréscimo comparada ao crescimento de 3.7% registado em 2017. Este facto deve-se a consolidação fiscal do governo e dos rendimentos individuais disponíveis. No entanto, a Bayport acredita que as oportunidades subjacentes do país permanecem fortes, particularmente com o gás natural liquefeito (GNL), Decisão Final de Investimento previstas para o final de 2019. Espera-se que os investimentos em GNL estimulem o crescimento económico e a estabilização das taxas de câmbio, por sua vez elevando os meios de subsistência da população em geral. Portanto, acreditamos que existe um potencial significativo para o crescimento económico do país como um todo e das nossas operações em particular.

Banco de retalho

No final de 2017, a Bayport começou a receber depósitos a prazo para alargar a sua base de financiamento e encerrou com um saldo de 9 milhões de meticaís. O ano de 2018 registou um crescimento exponencial deste produto, uma vez que o mercado reagiu favoravelmente e encerramos o ano com depósitos no montante de 988 milhões de meticaís. Além de depósitos a prazo dando uma outra via de financiamento para a Bayport, o produto está contribuindo muito para o desenvolvimento de uma cultura de poupança em Moçambique, visto que a Bayport paga taxas de juros competitivas. No futuro, a Bayport irá desenvolver e introduzir mais produtos, ancorados neste segmento de banco de retalho de nossos negócios.

Financiamento

A fim de gerir o risco cambial, a Bayport assumiu a posição de obter recursos dentro do país o máximo possível. A este respeito, em 2018, obtivemos um total de 900 milhões de meticaís de linhas de crédito a prazo com outros bancos locais parceiros. Além disso, Bayport captou 1,05 bilhão de meticaís por meio da emissão de dois títulos de dívida. Ambas as obrigações foram listadas com sucesso na Bolsa de Valores de Moçambique, aprofundando a liquidez do mercado de capitais no país.

É também agradável notar que um desses títulos emitidos em 2018, por um valor específico de 870 milhões de meticaís, venceu o cobijado 2018 Bonds, Loans & Sukuk - Prémios do Acordo de Moeda Local do Ano em África. Isso não reflecte apenas a boa capacidade de Bayport de arrecadar fundos, mas também para o país como um todo.

Apresso-me a dizer que, mesmo quando nos aproximamos cada vez mais do mercado local, o nosso principal accionista (Bayport Management Limited) ainda está comprometido e pronto para continuar a financiar o negócio. Este facto não é menos demonstrado pelo referido accionista, que converteu 490 milhões de meticaís do seu empréstimo em acções no final do ano.

Responsabilidade social corporativa

A Bayport acredita que é justo que os negócios devolvam à comunidade que eles servem. Como tal, a Bayport embarcou em vários programas de responsabilidade social corporativa. Num dos programas, a Bayport doou material escolar a mais de 180 estudantes carenciados da Escola Primária de Massindla, na Província de Maputo. Vários materiais também foram doados directamente para a escola para cobrir as suas necessidades. Ainda no espírito de retribuir à comunidade e em busca do desenvolvimento do desporto, o Banco também patrocinou uma equipa da Federação Moçambicana de Ginástica para as competições da Região 5, que aconteceu na África do Sul em Novembro, onde ficou em terceiro lugar, o que é bastante louvável, dada a forte concorrência apresentada por outros países.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos meus colegas e a vários membros do comité pelo apoio dado não somente a mim como presidente, mas também à gerência executiva ao longo do ano. Sem esse apoio, não estaríamos onde estamos agora. Também gostaria de agradecer aos funcionários da Bayport e aos agentes de vendas pela dedicação ao trabalho no Banco, dia após dia.

Menção especial vai para nossos clientes, para continuar a mostrar fé na Bayport sendo seu parceiro de confiança em suas necessidades financeiras. Como Bayport, nunca iremos subestimar a sua importância para nós.

Finalmente, gostaria de agradecer o apoio dos nossos investidores, tanto accionistas quanto detentores de dívida, bem como os Reguladores, Autoridades e outros, cuja contribuição é muito apreciada.

O Presidente do Conselho de Administração

Nuno Pedro Silveira Quelhas



PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos

Accionistas da Bayport Financial Services Moçambique (MCB), SA.

De acordo com as disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único apresenta aos Exmos. Accionistas o relatório sobre a acção fiscalizadora exercida na Bayport Financial Services Moçambique, (MCB), SA., assim como o parecer sobre o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de Variação no Capital Próprio, as Respectivas Notas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

No cumprimento das suas funções, o Fiscal Único, acompanhou ao longo do ano com a regularidade exigida por lei e a actividade da empresa, fundamentalmente através da apreciação das Demonstrações Financeiras anuais, de contactos tidos com os membros de Administração e da Direcção e através das informações colhidas dos sistemas de informação de gestão da empresa, procurando avaliar a evolução de actividade. O Fiscal Único apreciou ainda o parecer do Auditor Externo.

Como resultado das verificações efectuadas e Informações obtidas, o Fiscal Único:

É de opinião que o balanço, Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de variação do capital próprio satisfazem as disposições estatutárias e concordam com os critérios valorimétricos adoptados, reflectindo, na nossa opinião, de forma verdadeira, a situação financeira da sociedade em 31 de Dezembro de 2018, bem como o resultado da actividade e os fluxos de Caixa durante exercício de 2018.

Tendo em consideração os elementos apresentados, o Fiscal único é de parecer que sejam aprovadas pela Assembleia Geral as Demonstrações Financeiras da Bayport Financial Services Moçambique, (MCB), SA. relativas ao exercício de 2018.

Maputo, 20 de Março de 2019

O Fiscal Único

CW Ducker & Associados, Lda.

Avenida Guerra Popular, 1028, 1 Andar – Esquerdo
Tel.: +258 21 310 198, Fax: 258 21 310194
E-mail: cwducker@aries.co.mz
Maputo - Moçambique

Informações Gerais

País de constituição e domicílio	Moçambique
Natureza do negócio e actividades principais	Prestação de serviços financeiros a retalho
Conselho de Administração	Nuno Pedro Silveira Quelhas Grant Colin Kurland Michael John Mocke Paul Nathan Silverman - Cessou funções em 7 de Março de 2018 Hon. Prof José Mateus Muaria Katupha Suzette José Dalsuco
Endereço comercial	Avenida 25 de Setembro No 1147, 3º Andar Maputo Moçambique
Empresa-mãe	Bayport Management Ltd constituída na República das Maurícias
Bancos	Banco Commercial e de Investimentos Banco de Investimento Global, S.A. Barclays Bank Moçambique, SA First National Bank Moçambique Millennium BIM Standard Bank Moçambique
Auditores	Deloitte & Touche Av. Zedequias Manganhela, 267 Edifício JAT IV, 5º Andar Maputo, Moçambique
Advogados	CGA Advogados Av. 24 de Julho Nº 7, 7º Andar Maputo Moçambique
Número de registo do Banco	100312530

Responsabilidades e Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a obrigação nos termos do Código Comercial de Moçambique, de manter registos contabilísticos adequados e é responsável pelo conteúdo e integridade das demonstrações financeiras e informações financeiras relacionadas incluídas neste relatório. É da sua responsabilidade assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco no final do exercício financeiro e os resultados das suas operações e os fluxos de caixa do período findo nessa data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board, IASB na sigla Inglesa). Os Auditores externos estão envolvidos para expressar uma opinião independente sobre as demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, conforme emitidas pelo IASB e baseiam-se em políticas contabilísticas apropriadas consistentemente aplicadas e suportadas por estimativas e julgamentos razoáveis e prudentes.

A administração reconhece que é, em última instância, responsável pelo sistema de controlo financeiro interno, estabelecido pelo Banco e da considerável importância de manutenção de um forte ambiente de controlo. Para permitir que a administração cumpra com essas responsabilidades, ela define normas de controlo interno destinadas a reduzir o risco de erro ou perda tendo em consideração a relação custo-benefício. As Normas incluem a delegação adequada de responsabilidades no âmbito de uma estrutura claramente definida, procedimentos de contabilidade eficazes e segregação adequada de funções para assegurar um nível de risco aceitável. Esses controlos são monitorados em todo o Banco e todos os colaboradores são obrigados a manter os mais elevados padrões éticos na garantia de que a actividade do Banco seja conduzida de forma que, em todas as circunstâncias razoáveis, seja incorruptível. O foco da gestão de risco no Banco está na identificação, avaliação, gestão e monitoria de todas as formas conhecidas de risco no Banco. Enquanto o risco operacional não pode ser totalmente eliminado, o Banco envida esforços para minimizá-lo assegurando que a infra-estrutura, controlos, sistemas e comportamento ético apropriados sejam aplicados e geridos no âmbito de restrições e procedimentos pré-determinados.

O Conselho de Administração é de opinião, com base na informação e explicações dadas pela direcção, que o sistema de controlo interno proporciona uma garantia razoável de que se pode confiar nos registos financeiros para a preparação das demonstrações financeiras. Porém, qualquer sistema de controlo financeiro interno pode apenas proporcionar garantia razoável e não absoluta, contra distorções ou perdas materiais.

O Conselho de Administração reviu a previsão dos fluxos de caixa do Banco do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e, de acordo com a mesma revisão e da posição financeira actual, está convicta de que o Banco tem ou teve acesso a recursos suficientes para a sua continuidade operacional num futuro previsível. O Conselho de Administração fez uma avaliação da capacidade do Banco de continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade e não tem motivos para duvidar da capacidade do Banco poder continuar a operar segundo esse pressuposto no próximo exercício.

Os auditores externos são responsáveis por auditar e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras do Banco de forma independente. As demonstrações financeiras foram auditadas pelos auditores externos do Banco e o seu relatório é apresentado nas páginas 12 e 13.

As demonstrações financeiras constantes das páginas 14 a 51, que foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade, foram aprovadas pelo conselho de administração em 21 de Março de 2019 e foram assinadas em seu nome por:

Conselho de Administração

Michael Mocke

Nuno Pedro Silveira Quelhas

Relatório do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a honra de apresentar o seu relatório sobre as demonstrações financeiras da Bayport Financial Services Moçambique (Mcb), S.A. (o "Banco") para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

1. Constituição

O Banco foi constituído em 19 de Julho de 2012, na República de Moçambique.

2. Natureza do negócio

O Banco tem por objecto a prestação de serviços financeiros a retalho e a captação de depósitos. O Banco opera na República de Moçambique.

Não houve nenhuma outra alteração significativa a natureza da actividade do Banco relativamente ao exercício anterior.

Por que existimos: Nossa visão

A nossa visão é ser a marca de soluções financeiras mais valiosa nos nossos mercados escolhidos, fornecendo uma ampla vasta gama de soluções financeiras exclusivas e relevantes, adaptadas às necessidades dos nossos clientes.

Para alcançar este objectivo, a Bayport irá projectar uma nova realidade na prestação de serviços financeiros; e será reconhecida por demonstrar consistentemente o mais alto padrão de atendimento, responsabilidade e inovação.

A Bayport será a primeira escolha para a satisfação das necessidades financeiras da população economicamente activa - trazendo esperança, elevação e liberação financeira para as comunidades que servimos.

O que aspiramos ser: Nossa missão

A missão da Bayport é fornecer soluções financeiras adequadas às necessidades de uma ampla e inclusiva base de clientes; adoptando tecnologias, liderança de produtos e inovação, com o objectivo de se tornar o principal provedor de soluções financeiras para mercados em desenvolvimento.

Nossas crenças: Os nossos valores

Capacitação

Acreditamos na capacidade e na vontade de todas as pessoas de se fortalecerem e moldarem os seus próprios destinos, tendo em vista as oportunidades económicas e de auto-capacitação correcta e o acesso a soluções financeiras que mudam as suas vidas.

Acreditamos numa cultura empresarial capacitada, onde a família Bayport é incentivada a ser proactiva e dispõe de ferramentas e a abordagem certas para cumprir a promessa da nossa marca.

Responsabilidade

Acreditamos no nosso dever de atender a cada um e todos clientes de modo a fornecermos um acesso responsável a produtos de risco, crédito e outras soluções financeiras.

Acreditamos no nosso papel como membro responsável das sociedades em que vivemos e prestamos serviços; bem como a nossa responsabilidade para com o outro. Defendemos o mais alto padrão de integridade, cidadania empresarial e comportamento ético.

Inovação

Acreditamos na inovação que faça impacto e melhore a situação das pessoas; em tecnologia e inovações de produtos que permitem relacionamentos significativos com os nossos clientes.

Acreditamos no espírito do empreendedorismo criativo, desafiando convenções e abraçando as lições que aprendemos.

Simplicidade

Estamos comprometidos em fazer e criar produtos simples. Simples de entender e que possam refletir nos consumidores. Simples de promover e sem custos desnecessários. Uma promessa da marca expressa da maneira mais simples e sincera.

A simplicidade deve ser o mecanismo de orientação relativamente à forma como abordamos os nossos clientes, elaboramos as nossas soluções e inovamos; como trabalhamos juntos, nos reunimos e tomamos decisões.

Parcerias

Acreditamos no poder de construir relacionamentos duradouros com membros da família Bayport, clientes, comunidades e partes interessadas, com base na confiança e num profundo entendimento do que é importante para os mesmos.

Reconhecemos que os nossos parceiros locais e a administração local são os verdadeiros defensores da nossa marca e que a sua sabedoria local é fundamental para o sucesso

Relatório do Conselho de Administração (continuação)

Relevância

Acreditamos em nos colocar continuamente numa simples série de testes, questionando: "Se o que estamos a fazer é consistente com o modo de operar da Bayport e se ...

é bom para o nosso cliente?

agrega valor ou apoia a família Bayport?

respeita o critério de custo-benefício?

é sustentável?

Ao responder "Sim!" asseguramos que os serviços que prestamos são relevantes.

3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e com os requisitos do Código Comercial de Moçambique. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente relativamente ao exercício anterior.

Todos os dados respeitantes a posição financeira, resultados das operações e os fluxos de caixa do Banco constam das demonstrações financeiras.

Economia

A nível mundial, a partir de Outubro de 2018, o Fundo Monetário Internacional (FMI) perspectivou para a economia mundial um crescimento de 3.7% em 2018, com os mercados emergentes e os países em desenvolvimento a registar um crescimento de 4.7% e os países desenvolvidos em 2.1%, e a África Subsaariana com um crescimento de 3.8%, mais próximo da média global. Os Estados Unidos foram uma das economias desenvolvidas que apresentaram um forte crescimento de 2.5%. Relativamente ao contínuo fortalecimento da economia dos Estados Unidos, a Reserva Federal dos Estados Unidos (*US Federal Reserve*) aumentou as taxas de juro acima das previsões do mercado. Os bons retornos resultantes nos Estados Unidos afectaram negativamente as taxas de câmbio em economias emergentes e nações em desenvolvimento, considerando que o capital se deslocou para essa economia mais segura e avançada.

Estima-se que a economia Moçambicana tenha crescido em 3.5% em 2018, abaixo dos 3.7% registados em 2017. Esta diminuição é suportada pela consolidação fiscal do governo e pela diminuição dos rendimentos pessoais. No entanto, a Bayport acredita que as oportunidades subjacentes do país permanecem sólidas, particularmente com as Decisões Finais de Investimento (DFI's) de Gás Natural Liquefeito (GNL) previstas para o final de 2019. Portanto, acreditamos que existe um potencial significativo para o crescimento económico do país como um todo, e das nossas operações em particular.

A inflação, mensurada pelo **Índice de Preços ao Consumidor (IPC)** de Moçambique, continuou a desacelerar em termos homólogos. A inflação diminuiu de 5.7% em Dezembro de 2017 para 3.5% nos 12 meses findos em Dezembro de 2018. A depreciação do Rand e a melhoria do fornecimento de alimentos resultante da estação de chuvas acima da média contribuíram para a melhoria da taxa de inflação. É importante salientar que a taxa de inflação é menor relativamente a meta do Governo de 6%.

Considerando a desaceleração contínua da inflação em mente, o Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique (CPMO) reduziu a taxa de juro de política monetária (MIMO) em 525 bps em 2018 para 14.25%. Esses cortes tiveram um impacto positivo na redução do custo local de financiamento da Bayport (em empréstimos com taxas flutuantes), bem como na redução das suas próprias taxas de empréstimo para os clientes. Isso aumentou a acessibilidade ao empréstimo, possibilitando a solicitação de mais empréstimos por parte dos clientes para financiar os requisitos de melhoria de vida.

O Metical registou uma ligeira depreciação, no período, de MT/USD 59.03 no final de 2017 para MT/USD 61.46 no final de 2018. No entanto, grande parte da depreciação ocorreu nos últimos meses do ano, considerando que o Metical foi transaccionado em alta por MT 58 relativamente ao primeiro semestre do ano. A volatilidade foi um reflexo dos desequilíbrios na oferta e procura de moeda.

Espera-se que o mercado de câmbio se estabilize amplamente em torno dos níveis actuais em 2019, embora haja um risco ascendente de depreciação menor até que as Decisões Finais de Investimento (DFI's) de Gás Natural Liquefeito (GNL) sejam anunciadas.

Desempenho financeiro

A Bayport dispõe de uma estratégia de longo prazo e, como tal, prevê inúmeras oportunidades em Moçambique, apesar dos desafios económicos. O rendimento de juros aumentou 66%, de MT 1,317 milhões para MT 2.179 milhões, suportado por um crescimento proporcional na carteira de crédito de 64%. Os custos operacionais aumentaram 34% quando o Banco lançou a infra-estrutura e os sistemas para suportar o crescimento das vendas não apenas para 2018, mas também para o futuro. Devido ao aumento dos rendimentos de juros, o banco registou um lucro após impostos de MZN 278 milhões em 2018, um aumento de 93% relativamente ao lucro de 2017 de MZN 144 milhões.

As perdas por imparidade aumentaram de MZN 20.1 milhões em 2017 para MZN 77 milhões, reflectindo o crescimento da carteira de empréstimos. Os Administradores estão satisfeitos com o nível de imparidades, considerando que foram impulsionados principalmente pelo crescimento da carteira de empréstimos, conforme referido



Relatório do Conselho de Administração (continuação)
Indicadores de desempenho financeiro

	2018 (MZN)	2017 (MZN)
Rentabilidade		
Juros e rendimentos similares	2,121,424,422	1,316,666,661
Rendimento líquido de juros	1,349,876,123	882,192,889
Serviços e comissões líquidos	(14,648,913)	5,733,139
Rendimentos operacionais	1,305,154,692	923,497,588
Gastos operacionais	820,589,129	653,766,484
Gastos de imparidade	77,186,328	20,120,866
Lucro do exercício	277,956,978	144,148,638
Posição Financeira		
Empréstimos e adiantamentos a clientes (líquido)	6,433,034,163	3,928,259,816
Depósitos de clientes	988,423,360	9,150,100
Capital próprio	1,624,557,439	856,440,461
Rácios		
Margem de lucro líquida (lucro do exercício/(juros e rend. simil. e rend. Serv. e comissões)	12.85%	10.74%
Rentabilidade do capital próprio (lucro do exercício/média do cap. próprio)	22.41%	17.55%
Empréstimos de cobrança duvidosa/Empréstimos brutos	1.97%	1.58%

A margem de lucro líquido registou melhorias de 10.74% em 2017 para 12.85% devido ao crescimento dos custos operacionais a uma taxa menor do que a margem financeira (34% contra 60%, respectivamente) bem como os gastos de impostos que cresceram menos que o lucro antes de impostos (23% versus 63% %, respectivamente). Os gastos de impostos estão agora em linha com a taxa do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas de Moçambique de 32%, abaixo dos 42%, principalmente devido à redução de perdas cambiais não dedutíveis. A rentabilidade do capital próprio melhorou igualmente de 17.55% para 22.41% no mesmo período, devido ao aumento da rentabilidade. O rácio de empréstimos de cobrança duvidosa aumentou ligeiramente de 1.58% para 1.97%. Já se previa esta ligeira diminuição devido ao crescimento e maturidade da carteira de empréstimos.

Para dar continuidade a sua trajectória de crescimento, a Bayport abraça desafios numa posição forte em termos de liquidez, fortalecida pela sólida capacidade de financiamento dos accionistas e pelo desempenho favorável dos nossos activos. O aumento no volume de negócios foi estrategicamente alinhado com os investimentos correspondentes em sistemas administrativos, capital humano e tecnologias da informação para fornecer eficiência máxima em toda a cadeia de valor.

O Banco aumentou igualmente durante o exercício a sua captação de depósitos, com produtos que variam de três meses a doze meses de depósitos a prazo. O mercado tem sido bastante receptivo, com o saldo a registar um aumento de MZN 9 milhões no início do ano para MZN 988 milhões no final do ano.

Recursos Humanos

O Banco continuou a fortalecer seu quadro de pessoal durante o ano para dar suporte à sua trajectória de crescimento, contratando outros 26 empregados. Em Dezembro de 2018, o pessoal, incluindo o Conselho de Administração, era de 225, dividido da seguinte forma em termos de género.

	2018	2017
Mulheres	96	87
Homens	129	112
Total	225	199

Comparando com o último exercício de 2017, houve um crescimento em termos de horas de formação e o número de empregados enviados para formação. As horas de formação aumentaram 39% em 2018, e o número de empregados enviados para formação aumentou 602%, de 42 trabalhadores em 2017 para 295 trabalhadores em 2018. Destacamos no aspecto de formação áreas relacionadas com o branqueamento de capitais, primeiros socorros, legislação laboral e combate à fraude.

O Banco também continuou a apoiar o bem-estar de várias formas e, em 2018, venceu o Campeonato de Futebol entre Instituições Bancárias. Este feito, representa em termos de participação dois campeonatos ganhos consecutivamente.

Rede de Agências

O Banco obteve aprovação do Banco Central em Dezembro para abrir uma nova agência na Sede em Maputo. Aquando da abertura (prevista para o primeiro semestre de 2019), o número de agências irá aumentar para 18. As agências estão amplamente distribuídas, com pelo menos uma agência em cada província, aumentando a inclusão financeira. As actuais 17 agências estão localizadas como se segue:



Gestão de Risco

O Conselho de Administração é responsável pela gestão de riscos e pelo estabelecimento da estrutura de gestão de risco. O Comité de Auditoria, Risco e Compliance ("ARC") é responsável pela supervisão de gestão de risco. O Comité de ARC monitora riscos associados aos relatórios financeiros, políticas contabilísticas,

controlo interno e governação de tecnologias de informação. O Comité de Auditoria, Risco e Compliance é responsável pela gestão de risco, incluindo a definição da estrutura de gestão de risco, definição da apetência pelo risco e monitoria da gestão de risco do Banco incluindo crédito e compliance.

Assumir riscos é essencial para o negócio financeiro e, portanto, o risco é uma consequência inevitável de realizar negócios. O objectivo do Banco é, portanto, alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e retorno e minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Banco.

Risco de liquidez

A adequação e a inadequação controlada dos prazos de maturidades e das taxas de juro de activos e passivos é fundamental para a gestão do risco de liquidez do Banco. Não é comum que as instituições financeiras sejam sempre completamente correspondidas considerando que o negócio praticado é, muitas vezes, incerto e de diferentes tipos. Uma posição não correspondida aumenta potencialmente a lucratividade, mas pode aumentar igualmente o risco de perdas.

A maturidade dos activos e passivos para substituir, a um custo aceitável, passivos geradores de juros assim que vençam, é um factor importante na avaliação da liquidez do Banco e da sua exposição às mudanças nas taxas de juro e taxas de câmbio.

Risco de taxas de juro

O objectivo do processo de gestão de risco de taxas de juro do Banco é gerir e controlar a exposição das taxas de juro para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão do Banco.

O risco das taxas de juro é o risco de os movimentos nas taxas de juro reduzirem o rendimento ou o capital do Banco.

A parte principal da gestão de risco das taxas de juro do Banco é o acompanhamento da sensibilidade do rendimento líquido de juros projectado sob diferentes cenários de taxas de juro (modelo de simulação). O Banco tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxas de juro, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juro, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

Gestão de risco do capital

A estrutura de capital do Banco consiste em capital próprio, empréstimos e caixa e equivalentes de caixa. O Banco revê a estrutura de capital numa base regular. O Banco Central tem emitidos regulamentos que esbelecem o montante de capital que todos os bancos devem possuir, principalmente, o rácio de solvabilidade de 8% para cobrir os activos ponderados. Por forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, o Banco pode ajustar o montante dos dividendos a pagar aos accionistas, devolver o capital aos accionistas ou emitir novas acções. Consistentemente com outros sectores de actividade, o Banco também monitora o capital com base no rácio de alavancagem.

No final do ano, o rácio de solvabilidade do Banco era de 9.57%, estando acima do limite mínimo (de 8%). No entanto, cientes do crescimento previsto do Banco em 2019 e nos próximos anos, a Assembleia Geral aprovou a conversão de MZN 490 milhões de parte do empréstimo da Bayport Management Limited em capital próprio, em Dezembro de 2018. O pedido de aprovação da conversão foi submetido ao Banco Central no mesmo mês, mas ainda não havia sido concedido até o final do ano.

Risco cambial

O Banco está exposto ao risco cambial resultante de várias exposições cambiais, principalmente empréstimos e contas a pagar e saldos bancários em moeda estrangeira (em dólares americanos e Randes). Por conseguinte, o Banco está exposto ao risco de que as quantias escrituradas desses activos e passivos denominados em moeda estrangeira possam mudar devido a flutuações nas taxas de câmbio.

A parte principal da gestão de risco cambial do Banco é o acompanhamento da sensibilidade dos ganhos futuros e do capital para diferentes taxas de câmbio. O Banco tem como objectivo, através da sua gestão de risco cambial, mitigar o impacto das flutuações cambiais, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação da instituição, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. A instituição não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de uma estrutura de controlo e de monitoria e respondendo aos potenciais riscos, a instituição é capaz de gerir os riscos. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Política antifraude

O Banco dispõe de um sistema de denúncias denominado Navex. Este sistema auxilia no fortalecimento da orientação do Banco para uma maior transparência e prevenção e/ou detecção de actividades fraudulentas ao nível das actividades.

Responsabilidade Social Corporativa

Num dos seus programas de responsabilidade social junto das comunidades, a Bayport doou vários materiais escolares para mais de 180 estudantes da Escola Primária de Massindla, na Província de Maputo. Foram igualmente doados vários materiais directamente para a escola com o propósito de satisfazer as suas necessidades. Numa tentativa de desenvolver o desporto e ainda no espírito de retribuir à comunidade, o Banco patrocinou uma equipa da Federação Moçambicana de Ginástica que participou das competições da Região 5, que decorreu na África do Sul em Novembro, tendo se classificado em terceiro lugar, onde importa ressaltar este feito bastante louvável, tendo em conta o nível de competitividade demonstrada por outros países participantes.

4. Capital social

Tal como já mencionado, em Dezembro de 2018, o maior accionista do Banco, com a aprovação da Assembleia Geral e de outros accionistas, converteu MZN 490 milhões do seu empréstimo em capital próprio. Após a aprovação pelo Banco Central, o capital social do Banco será de MZN 2 395 968 000, valor superior ao capital social mínimo de MZN 5 milhões de fixado pelo Banco Central para microbancos (também superior a MZN 1,7 bilhões do capital mínimo fixado pelo Banco Central para os bancos comerciais). Este alto nível de capital social é uma demonstração do compromisso e crença que os accionistas têm no Banco.

Emitido	Capital social (MZN)	Percentagem do Capital Social (%)
Bayport Management Ltd	1,886,752,000	99.00
Whatana Investments	9,528,000	0.50
Outros particulares	9,528,000	0.50
	1,905,808,000	100.00

A nota 23 das demonstrações financeiras apresenta os detalhes do movimento no capital social emitido.

5. Dividendos

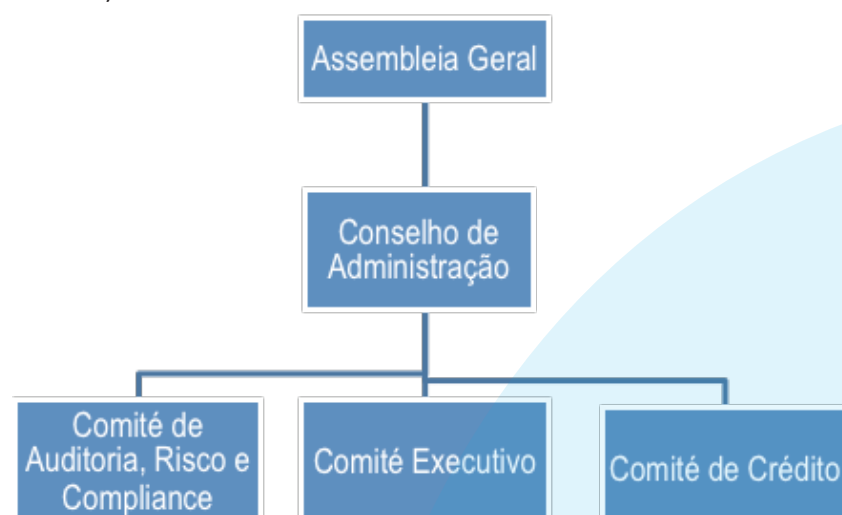
Não foram declarados nem pagos dividendos aos accionistas durante o exercício findo (2017: nulo).

O Conselho de Administração não recomenda a declaração de dividendos no exercício.

6. Governação

A estrutura de governação do Banco é composta por um Conselho Fiscal Único, um Conselho de Administração e seus Comités. No final do ano, haviam dois comités do Conselho em funcionamento, a saber, o Comité de Auditoria, Risco e Compliance (ARC) e o Comité de Crédito. Em linha com o crescimento dos negócios e as melhores práticas de governação das sociedades, o Conselho pretende estabelecer mais comités em 2019, incluindo um Comité de Passivos e Activos (ALCO) e um Comité de Remuneração.

Para a administração diária do Banco, o Conselho delegou aparte das suas funções ao Administrador Delegado e, através deste último, também ao Comité Executivo.



6.1. Conselho Fiscal Único

O Supervisor Único do Banco durante o ano foi a CW Ducker.

6.2. Mesa da Assembleia Geral

Malenga Machel - (Presidente)
Hon. Prof. José Mateus Katupha - (Vice-Presidente)
CGA Advogados - (Secretários da Empresa)

6.3. Administradores

Os administradores do Banco durante o e até à data do presente relatório são como se segue:

Administradores	Cargo	Alterações
Nuno Pedro Silveira Quelhas	Presidente	
Grant Colin Kurland		
Michael John Mocke		
Paul Nathan Silverman		
Hon. Prof. José Mateus Muaria Katupha		
Suzette José Dalsuco		cessou funções a 7 de Março de 2018

6.4. Composição dos Comités do Conselho

Comité de Auditoria, Risco e Compliance

Alison Blanchard - Presidente
Grant Colin Kurland
Hon. Prof. José Mateus Muaria Katupha
Lan Anh Nguyen

Comité de Crédito

Chris Lubbe - Presidente
Michael John Mocke
Sérgio Matsinhe

Comité Executivo

Michael John Mocke - Administrador Delegado
Ranganai Mubaiwa - Director Financeiro
Bene Machatine - Director Comercial e de Operações
Sérgio Matsinhe - Director de Crédito
Edma Cumbame - Directora de Recursos Humanos

7. Eventos após o período de relato

Os administradores não tem conhecimento de nenhum evento relevante ocorrido após a data de relato e até à data do presente relatório.

8. Empresa mãe

A empresa-mãe é a Bayport Management Ltd que foi constituída na República das Maurícias.

9. Auditores

A Deloitte & Touche foi nomeada em 6 de Julho de 2016 de acordo com o Código Comercial de Moçambique.

10. Aplicação proposta de lucros

Propõe-se que MZN 41.693.547, representando 15% do lucro obtido em 2018, sejam transferidos para uma reserva legal de acordo com os requisitos estatutários (em particular, a Lei 15/99). Propõe-se ainda que o remanescente do lucro, no valor de MZN 236.263.430, seja retido nos resultados acumulados.

As demonstrações financeiras constantes das páginas 15 a 51, que foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de Março de 2019 e vão assinadas em seu nome por:

Nuno Pedro Silveira Quelhas
(Presidente)

Hon. Prof. José Mateus
Muaria Katupha (Vice-
Presidente)

Michael John Mocke
(Administrador Delegado)

Grant Colin Kurland
(Administrador)

Suzette José Dalsuco
(Administradora)

Relatório do Auditor Independente

Deloitte.

Caixa Postal 4318
Maputo
Moçambique

Deloitte & Touche
(Moçambique) Lda
Chartered Accountants and
Management Consultants
Registration No: 5917
Rua dos Desportistas, 833
Predio JAT V-1 3 Andar

Tel: +258 21320955
Tel: +258 21430594
Tel: +258 20600100
contactdeloitte@deloitte.co.mz
www.deloitte.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos accionistas da

Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A.

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A. (o banco), constantes das páginas 14 a 51, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2018, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A. em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo *Ethics Standards Board for Accountants (IESBA)*, órgão da IFAC – International Federation of Accountants, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar a Sociedade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a apropriação do uso, pela administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Sociedade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.

Deloitte & Touche (Moçambique), Lda
Firma de Auditoria Registada n.º 09/SCA/OCAM/2014, representada por:
Jacinto Delgado
Partner
Auditor Certificado n.º 91/CA/OCAM/2017
Maputo
22 de Março 2019

Demonstração do Rendimento Integral

Valores em Meticais	Nota(s)	2018	2017
Juros e rendimentos similares	3	2,121,424,422	1,316,666,661
Juros e gastos similares	4	(771,548,299)	(434,473,772)
Redimento líquido de juros		1,349,876,123	686,012,625
Rendimentos de serviços e comissões	5	41,657,472	24,935,519
Gastos com comissões e serviços	5	(56,306,385)	(19,202,380)
Serviços e comissões líquidos	5	(14,648,913)	5,733,139
Operações financeiras líquidas	6	(30,220,637)	34,094,389
Rendimentos de activos móveis disponíveis para venda		148,119	1,477,171
Rendimentos operacionais		1,305,154,692	923,497,588
Imparidade de empréstimos e adiantamentos e contas a receber	12&13	(77,186,328)	(20,120,866)
Rendimentos operacionais líquidos		1,227,968,364	903,376,722
Gastos com o pessoal	7	(326,570,106)	(216,515,949)
Depreciações e amortizações	15&16	(30,055,555)	(22,022,900)
Outros gastos operacionais	8	(463,963,468)	(415,227,635)
Lucro antes de impostos		407,379,235	249,610,238
Imposto corrente	9.1	-	-
Imposto diferido	9.1	(129,422,257)	(105,461,600)
Lucro/(prejuízo) do exercício		277,956,978	144,148,638
Outros resultados integrais		-	-
Total do rendimento integral/(prejuízo) do exercício		277,956,978	144,148,638

Carlinda Cumbone
Contabilista Certificado

Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Demonstração das Variações no Capital Próprio

Valores em Meticais	Capital social	Outras componentes de capital próprio	Total do capital	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total do capital próprio
Saldo a 01 de Janeiro de 2017	471,083,638	1,522,278,927	1,993,362,565	-	(1,281,070,742)	712,291,823
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	144,148,638	144,148,638
Transferência para aumento do capital social	1,434,724,362	(1,434,724,362)	-	-	144,148,638	144,148,638
Total de alterações	1,434,724,362	(1,434,724,362)	-	-	144,148,638	144,148,638
Saldo a 01 de Janeiro de 2018	1,905,808,000	87,554,565	1,993,362,565	-	(1,136,922,104)	856,440,461
Aumento em depósitos de acções	-	490,160,000	490,160,000	-	-	490,160,000
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	277,956,978	277,956,978
Transferência para a reserva legal	-	-	-	21,622,296	(21,622,296)	-
Total de alterações	-	490,160,000	490,160,000	21,622,296	256,334,682	768,116,978
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	1,905,808,000	577,714,565	2,483,522,565	21,622,296	(880,587,422)	1,624,557,439
Nota(s)	23	23	23	24		

Carlinda Cumbone
Contabilista Certificado

Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Demonstração da Posição Financeira

Valores em Meticais	Nota(s)	2018	2017
Activos			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	204,472,926	626,100
Depósitos em outras instituições financeiras	11	387,960,473	51,790,505
Empréstimos a adiantamentos a clientes	12	6,433,034,163	3,928,259,816
Outros activos	13	89,250,261	45,299,734
Outros activos financeiros	14	6,960,302	-
Activos tangíveis	15	107,792,701	70,184,750
Activos intangíveis	16	68,617,358	56,185,518
Activos por impostos correntes	9.2	200,000	760,371
Activos por impostos diferidos	9.3	317,641,950	447,064,207
Total de Activos		7,615,930,134	4,600,171,001
Capital Próprio e Passivos			
Passivos			
Depósitos de clientes	17	988,423,360	9,150,100
Recursos de instituições de crédito	18	1,540,345	156,102,736
Outros passivos	19	313,522,545	113,921,518
Locação financeira	20	2,386,157	2,622,364
Empréstimos	21	2,413,467,923	545,172,637
Empréstimos dos accionistas	22	2,272,032,365	2,916,761,185
Total dos Passivos		5,991,372,695	3,743,730,540
Capital próprio			
Capital social	23	1,905,808,000	1,905,808,000
Outras componentes de capital próprio	23	577,714,565	87,554,565
Reserva legal	24	21,622,296	-
Prejuízos acumulados		(880,587,422)	(1,136,922,104)
Total do capital próprio		1,624,557,439	856,440,461
Total dos Passivos e do Capital Próprio		7,615,930,134	4,600,171,001

Carlinda Cumbone
Contabilista Certificado

Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Valores em Meticais	Nota(s)	2018	2017
Actividades operacionais			
Fluxos de caixa utilizado nas operações	25	(976,716,187)	(1,354,107,207)
Imposto pago	9.2	(100,000)	(100,000)
Fluxo de caixa líquido utilizado em actividades operacionais		(976,816,187)	(1,354,207,207)
Actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	14	(68,229,002)	(31,742,801)
Alienação de activos tangíveis	14	148,119	2,699,737
Aquisição de activos intangíveis		(11,866,344)	(9,758,527)
Investimento em outros activos financeiros	15	(6,960,302)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado em actividades de investimento		(86,907,529)	(38,801,591)
Actividades de financiamento			
Emissão de obrigações (líquida de reembolsos)		1,050,240,000	150,000,000
Aumento líquido em empréstimos		818,055,286	126,368,683
Aumento/(diminuição) líquido (a) dos empréstimos dos accionistas		(109,756,178)	1,010,692,306
Aumento/(diminuição) líquido (a) em locações financeiras		(236,207)	681,341
Fluxo de caixa líquido gerado em actividades de financiamento		1,758,302,901	1,287,742,330
Aumento/(diminuição) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		694,579,185	(105,266,468)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		(103,686,131)	1,580,337
Total de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	28	590,893,054	(103,686,131)


Carlinda Cumbore
 Contabilista Certificado


Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Políticas Contabilísticas Significativas

Informação corporativa

A Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A., (doravante designada por "Bayport" ou "Banco"), é uma instituição financeira privada, constituída em 19 de Julho de 2012, com Sede em Maputo, Moçambique. A empresa mãe é a Bayport Management Limited, uma sociedade constituída nas Maurícias e também envolvida na concessão de créditos a particulares, particularmente, colaboradores no sector público.

1. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, conforme emitidas pelo IASB, e com o Código Comercial de Moçambique. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio do custo histórico, excepto a mensuração de certos instrumentos financeiros ao justo valor e incorporam as principais políticas contabilísticas estabelecidas abaixo. As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais.

Estas políticas contabilísticas são consistentes face as políticas do exercício anterior, excepto quando especificamente indicado de outra forma.

A demonstração da posição financeira é apresentada por ordem decrescente de liquidez. As referências a maturidades correntes desses activos e passivos financeiros são divulgadas nas notas explicativas da demonstração da posição financeira e na análise dos activos e passivos financeiros. As políticas contabilísticas são consistentes com o exercício anterior, excepto quando especificamente indicado de outra forma.

1.1 Julgamentos significativos e fontes de incerteza de estimativa

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer que a administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que podem afectar a aplicação de políticas contabilísticas e quantias reportadas de activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados baseiam-se na experiência histórica e noutros factores que se acredita serem razoáveis, dadas as circunstâncias. Elas formam a base para fazer juízos sobre valores contabilísticos de activos ou passivos que não são

de outra forma imediatamente claros. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e pressupostos são periodicamente revistos. As alterações de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão afectar somente esse período, ou o período da revisão e períodos futuros, se a revisão afectar ambos períodos.

Determinadas políticas contabilísticas foram identificadas em situações onde a Gestão aplicou um nível mais alto de julgamento que tenha efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, ou estimativas e pressupostos que possuam um risco significativo de causar um ajustamento relevante nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo exercício financeiro. Os resultados reais poderiam, por definição, portanto, diferir frequentemente das estimativas contabilísticas relacionadas. O uso mais significativo de julgamentos e estimativas é detalhado como se segue:

Pressuposto da continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco no que concerne à continuidade das suas operações e está convicta de possui recursos suficientes para a continuidade das suas operações num futuro previsível. Adicionalmente, a gestão não tem conhecimento de nenhuma incerteza significativa que possa pôr em causa a continuidade das operações do Banco. Consequentemente, as demonstrações financeiras do Banco continuam a ser preparadas com base no princípio da continuidade.

Vidas úteis e valores residuais de activos

Os activos tangíveis são depreciados ao longo da sua vida útil tendo em conta valores residuais, quando apropriado. As vidas úteis dos activos e os valores residuais são avaliados no final de cada exercício e podem variar dependendo de vários factores. Ao re-avaliar a vidas dos activos, são tidos em conta factores como inovação tecnológica, ciclos de vida dos produtos e programas de manutenção.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pela legislação fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da instituição sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As autoridades fiscais têm o direito de rever a situação fiscal da instituição por um período de até 5 (cinco) anos, o que pode resultar em eventuais ajustamentos devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação aplicável, nomeadamente, em sede de Contribuição Industrial, IRT, Tributação das Pessoas Colectivas (IRPC), Tributação das Pessoas Singulares (IRPS) e Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito. Eventuais correcções a base fiscal declarada como resultado destas revisões não deverão ter um efeito sobre as demonstrações financeiras.

Activos por impostos diferidos

Activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis e permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado no futuro face ao qual os mesmos activos podem ser utilizados. Os prováveis lucros tributáveis são estimados com base em planos de negócios que incluem estimativas e pressupostos sobre o crescimento económico, taxas de juros, taxa de inflação, taxas de imposto e forças concorrenciais.

Justo valor de instrumento financeiro

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso do modelo dos fluxos de caixa descontados. Os dados a inserir nestes modelos são obtidos com base na informação disponível de mercados quando possível, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida de julgamento para determinar o justo valor. Os julgamentos incluem considerações de dados tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nos pressupostos acerca destes factores podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras.

Imparidade de activos financeiros

As imparidades de activos financeiros são registadas usando a abordagem prescrita na NIRF 9, a menos que o activo seja considerado em imparidade de crédito no reconhecimento inicial, casos em que aqueles requisitos específicos contidos na NIRF 9 serão aplicados. Esta abordagem requer a provisão para perdas de crédito esperadas ao invés de perdas de crédito incorridas conforme o requisito da NIC 39. A estimativa de imparidades de activos financeiros é inerentemente incerta e depende de muitos factores, incluindo condições económicas gerais (actuais e futuras), mudanças estruturais nos sectores de actividade, alteração das circunstâncias de clientes particulares e outros factores externos, tais como, requisitos legais, especificações regulamentares e mudanças nas políticas governamentais.

Após o reconhecimento de activos financeiros, as perdas de crédito esperadas para 12 meses serão registadas. As imparidades avaliadas para perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro serão registadas para activos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Imparidades mensuradas em perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro serão também registadas para activos financeiros que estejam em imparidade de crédito.

1.2 Activos tangíveis

Activos tangíveis são itens tangíveis que o Banco detém para uso próprio ou arrendado a terceiros e que se espera que sejam utilizados por mais de um ano.

Um activo tangível é reconhecido quando:

- for provável que benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para Banco; e
- o custo do item possa ser favelmente mensurado.

Os activos tangíveis são inicialmente mensurados ao custo.

Os custos incluem os dispêndios inicialmente incorridos para adquirir ou criar um activo tangível e os custos incorridos posteriormente para adicioná-lo, substituir parte do mesmo, ou prestar-lhe serviço. Se o custo de substituição for reconhecido no valor contabilístico de um item de investimentos em empreendimentos conjuntos, o valor contabilístico da parte substituída é desconhecido.

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade. Os activos tangíveis são depreciados pelo método de quotas constantes durante a vida útil prevista para o seu valor residual estimado.

A vida útil dos itens de activos tangíveis foi avaliada da seguinte forma:

Item	Vida útil média
Mobiliário de escritório	5 anos
Viaturas	4 anos
Equipamento de escritório	5 anos
Equipamento informático	3 anos
Obras em edifícios arrendados	Durante o tempo previsto do contrato (5 anos)

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação de cada activo são revistos no final de cada período de relato. Se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança é contabilizada como uma alteração na estimativa contabilística. Cada componente de um activo tangível que represente um custo significativo em relação ao custo total do item é depreciado separadamente. O custo de depreciação para cada período é reconhecido no resultado a menos que seja incluído na quantia escriturada de outro activo. Os testes de imparidade são realizados nos activos tangíveis quando existe um indicador de que podem estar em imparidade.

Quando a quantia escriturada de um activo tangível é avaliada como sendo superior ao valor recuperável estimado, uma perda por imparidade é reconhecida imediatamente nos resultados, de forma a alinhar a quantia escriturada com o valor recuperável.

Desreconhecimento de activos tangíveis

Um activo tangível é desreconhecido após a alienação ou quando não se espera nenhum benefício económico futuro do seu uso continuado ou alienação. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de um activo tangível apurado como sendo a diferença entre a quantia pela qual o item foi alienado, se houver, e a quantia escriturada do item, é incluído em rendimentos quando o item é desreconhecido.

1.3 Activos intangíveis

Um activo intangível é reconhecido quando:

- for provável que benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para o Banco; e
- o custo do item possa ser fiavelmente mensurado.

Os activos intangíveis são inicialmente mensurados pelo custo.

Os activos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade.

Os activos tangíveis são considerados como tendo uma vida útil infinita quando, baseado em todos os factores relevantes, não existe uma previsão do limite para o período que se espera que um activo produza influxos de caixa. Para estes activos não é registada nenhuma amortização, mas os mesmos são sujeitos a testes de imparidade anuais e sempre que existam indicações de que o activo possa estar em imparidade. Para todos os outros activos intangíveis, a amortização é calculada com base em quotas constantes durante a vida útil estimada.

O período de amortização e o método de amortização são revistos em cada data de relato.

A reavaliação da vida útil dos activos intangíveis com vida útil finita após ter sido classificado como infinita é um indicador de que o activo possa estar em imparidade. Por isso, o activo é sujeito a teste de imparidade e a quantia escriturada é amortizada durante a vida útil remanescente.

Itens internamente gerados, tais como marcas, logótipos, títulos de publicações, listas de clientes e itens similares não são reconhecidos como activos intangíveis.

A amortização é reconhecida pelo método de quotas constantes durante a vida útil estimada. A vida útil estimada e o método de amortização são revistos no final de cada período de relato. Os efeitos de qualquer alteração na estimativa são contabilizados numa base prospectiva:

Item	Vida útil média
Software informático	3 - 7 anos

Um activo intangível é desreconhecido na alienação, ou quando não são esperados benefícios económicos futuros resultantes da utilização ou alienação. O ganho ou a perda resultante do desreconhecimento de um activo intangível, mensurado como sendo a diferença entre a quantia qual o item foi alienado, se houver, e a quantia escriturada do activo, é reconhecido em resultados quando o activo é desreconhecido.

1.4 Instrumentos financeiros

Classificação

O Banco classifica os activos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

- Activos financeiros ao custo amortizado
- Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Banco pode fazer uma eleição irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumentos de capital próprio que, de outra forma, seriam mensurados ao justo valor através de resultados para apresentar mudanças subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral. Este investimento não é detido para negociação nem retribuição contingente.

Um activo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se o mesmo satisfaz as duas condições abaixo e não é designado pelo justo valor através dos resultados:

- O activo é detido num modelo de negócios cujo objectivo consiste em deter activos para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o montante de capital em dívida.

Avaliação do modelo de negócios

O Banco faz uma avaliação do objectivo do modelo de negócios em que um activo é detido ao um nível da carteira porque esta situação reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e as informações são fornecidas à gestão. As informações consideradas incluem:

- as políticas e os objectivos estabelecidos para a carteira e a implementação dessas políticas na prática. Em particular, se a estratégia da Gestão centra-se em ganhar rendimentos de juros contratuais, combinando a duração dos activos financeiros aos passivos que estão a financiar esses bens ou a realizar fluxos de caixa através de vendas dos activos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e comunicado à Gestão do Banco;
- os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros detidos nesse modelo de negócios) e como esses riscos são geridos;
- a frequência, o volume e o calendário das vendas em períodos anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a futura actividade de vendas. Informações sobre a actividade de vendas são consideradas como parte da avaliação geral de como o objectivo do Banco é estabelecido para gerir os activos financeiros e alcançado e como os fluxos de caixa são realizados.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente pagamentos de capital e de juros

Para efeitos desta avaliação, 'capital' é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. 'Juros' são definidos como o valor temporal do dinheiro e para o risco de crédito associado com o montante de capital em dívida durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente de pagamento de capital e juros, o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isto inclui avaliar se o activo financeiro contém uma cláusula contratual que poderia mudar o calendário ou a quantia de fluxos de caixa contratuais, de forma que não fosse satisfazer esta condição. Ao fazer esta avaliação, o Banco considera:

- a taxa de juros cobrada aos clientes;
- a comissão de originação e comissão de serviço cobradas aos clientes;
- quaisquer outros montantes cobrados aos clientes (se houver);
- eventos contingentes que mudariam a quantia e o calendário dos fluxos de caixa;
- outros recursos;
- termos de pagamentos antecipados e de extensão;
- termos que limitam a reivindicação do Banco aos fluxos de caixa de activos específicos (por exemplo, regime de activos sem recurso); e
- características que modificam a consideração do valor temporal do dinheiro (por exemplo, redefinição periódica das taxas de juros).

Os activos financeiros que foram classificados como mensurados ao custo amortizado incluem caixa e depósitos no Banco Central, Depósitos em outras instituições financeiras, outros activos, e empréstimos e adiantamentos.

Reconhecimento inicial e mensuração

O Banco reconhece inicialmente activos e passivos financeiros na data em que o Banco se torna parte contratual dos instrumentos. Isto ocorre na data em que esses instrumentos financeiros são originados.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente pelo justo valor. Os custos de transacção que são directamente atribuíveis a aquisição ou emissão de activos e passivos financeiros são adicionados ou deduzidos do justo valor dos activos ou passivos financeiros, consoante o caso, no reconhecimento inicial.

O Banco geralmente não reclassifica instrumentos financeiros entre diferentes categorias subsequentemente ao reconhecimento inicial. Activos financeiros são reclassificados somente se o Banco alterar o seu modelo de negócios para gerir activos financeiros. Em conformidade com a NIRF 9:

- Passivos financeiros nunca podem ser reclassificados; e
- Activos financeiros só podem ser reclassificados se houver uma mudança no modelo de negócios.

Mensuração subsequente

Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI)

Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI) são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido de custos de transacção. Posteriormente, são mensurados ao justo valor com ganhos e perdas decorrentes de variações no justo valor reconhecidos em outro rendimento integral e acumulados em outras reservas. Os valores reconhecidos em outro rendimento integral não são reclassificados para lucros ou prejuízos em nenhuma circunstância, sendo transferidos para resultados acumulados em caso de alienação.

Custo amortizado

Os activos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, são mensurados usando o método da taxa de juro efectiva, menos quaisquer perdas esperadas por imparidade, que são reconhecidas nos lucros ou prejuízos. O custo amortizado é calculado tendo em conta quaisquer custos de transacção na aquisição, bem como as comissões e os custos que são parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões de originação e de serviço são ambas consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões de originação são adicionadas ao montante da dívida original e incluídas na mensuração inicial do empréstimo.

As perdas de crédito esperadas são calculadas através da utilização de uma metodologia apropriada de imparidade.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

Desreconhecimento

Os activos financeiros (ou uma parte dos mesmos) são desreconhecidos quando o Banco realiza os direitos em relação aos benefícios especificados no contrato, os direitos expiram, o activo é substancialmente modificado ou o Banco renuncia ou de outra forma perde o controlo dos direitos contratuais que compreendem o activo financeiro. No acto do desreconhecimento, a diferença entre a quantia escriturada do activo financeiro e os rendimentos a receber (incluindo quaisquer novos activos obtidos) são incluídos na demonstração de outro rendimento integral.

Os passivos financeiros (ou uma parte dos mesmos) são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for cumprida, cancelada ou tiver expirado. No acto do desreconhecimento, a diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro, incluindo custos relacionados não amortizados e o valor pago para o mesmo é incluído na demonstração do rendimento integral.

Imparidade de activos financeiros

Aumento significativo no risco de crédito

Ao determinar se o risco de incumprimento num instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custos e esforços indevidos. O Banco utilizou a presunção refutável de vencidos há mais de 90 dias para identificar um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Definição de Incumprimento

O Banco considera o seguinte como constituindo um evento de incumprimento para fins internos de gestão de risco de crédito, considerando que a experiência histórica indica que os activos financeiros que satisfazem a um dos seguintes critérios geralmente não são recuperáveis:

- quando houver violação dos compromissos financeiros pelo devedor; ou
- informações desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas indicam que é improvável que o devedor pague integralmente aos seus credores, incluindo o Banco (sem levar em conta quaisquer garantias detidas pelo Banco).

Independentemente da análise acima referida, o Banco considera que o incumprimento ocorreu quando um activo financeiro está com mais de 90 dias de atraso.

Activos financeiros em imparidade

Um activo financeiro está em imparidade de crédito quando ocorreram um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados desse activo financeiro. As evidências de que um activo financeiro está em imparidade de crédito inclui dados observáveis sobre os seguintes eventos:

- dificuldades financeiras significativas do emitente ou mutuário;
- uma violação de contrato, com um incumprimento ou um atraso;
- o(s) mutuante(s) do mutuário, por razões económicas ou contratuais relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário, terem concedido ao mutuário facilidades que de outra forma não concederiam;
- torna-se provável que o mutuário vá entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- a aquisição ou criação de um activo financeiro com um grande desconto que reflecte as perdas de crédito incorridas.

Política de abate

O Banco retira um activo financeiro quando existe informação indicando que o devedor está em grave dificuldade financeira e não há perspectivas realistas de recuperação, por exemplo, quando o devedor for colocado em liquidação ou tiver entrado em processo de falência ou, no caso de contas a receber, quando os valores tiverem vencido há mais de dois anos, o que ocorrer primeiro. Os activos financeiros abatidos ainda podem estar sujeitos a actividades de execução de acordo com os procedimentos de recuperação do Banco, considerando o aconselhamento jurídico quando apropriado. Quaisquer recuperações feitas são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

O Banco reconhece as provisões para perdas de crédito esperadas sobre os seguintes ativos financeiros:

- Empréstimos e adiantamentos; e
- Clientes e outros devedores.

As imparidades são mensuradas como perdas de crédito esperados num prazo de 12 meses após a originação. Quando tiver havido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial de um activo financeiro, a provisão de perda é mensurada como um montante igual a perdas de crédito previstas para o ciclo de vida.

Perda por imparidade para contas a receber comerciais são sempre mensuradas por um montante igual a perdas de crédito previstas para o ciclo de vida.

As perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses são a parte de perdas de crédito previstas que resultam de situações de incumprimento de um instrumento financeiro, que são possíveis dentro do período de 12 meses após a data de relato.

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada pela probabilidade das perdas de crédito. As perdas de crédito esperadas são mensuradas como segue:

- Activos financeiros que não apresentam imparidade na data de relato - como o valor presente de todos os défices de fluxos de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber);
- Activos financeiros em imparidade de crédito na data de relato - como a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas na demonstração da posição financeira como uma dedução da quantia escriturada bruta do activo financeiro.

Cliente e outros devedores

Contas a receber comerciais são mensuradas no reconhecimento inicial pelo justo valor e são posteriormente mensuradas pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. Provisões adequadas para montantes incobráveis estimados são reconhecidas nos lucros ou prejuízos quando houver evidência objectiva de que o activo está em imparidade. Dificuldades financeiras significativas do devedor, a probabilidade que o devedor entrará em falência ou a reorganização financeira e o incumprimento ou o relaxe nos pagamentos são considerados indicadores de que a conta a receber está em imparidade. A provisão reconhecida é mensurada como a diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efectiva calculada no momento do reconhecimento inicial.

A quantia escriturada do activo é reduzida através do uso de uma conta de provisão, e o montante da perda é reconhecido nos lucros ou prejuízos em gastos operacionais. Quando uma conta a receber for incobrável, ela é abatida face à conta de imparidade para contas a receber. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente abatidos são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Clientes e outras contas a receber são classificadas como activos financeiros ao custo amortizado.

Fornecedores e outros credores

Contas a pagar são inicialmente mensuradas pelo justo valor e são posteriormente mensuradas pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro na mão e depósitos à ordem e outros investimentos altamente líquidos de curto prazo que são prontamente conversíveis numa quantia conhecida de dinheiro e estão sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor. Os mesmos são inicialmente e posteriormente registados pelo justo valor.

Descoberto e empréstimos bancários

Descobertos e empréstimos bancários são inicialmente mensurados pelo justo valor e são posteriormente mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva.

Compensação

Passivos e activos financeiros são compensados e o valor líquido reportado na demonstração da posição financeira, quando houver um direito legalmente exequível para compensar os montantes reconhecidos e houver uma intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.5 Imposto

Activos e passivos por impostos correntes

Impostos correntes para períodos correntes e anteriores são, na medida que não estiverem pagos, reconhecidos como um passivo. Se o valor já pago em relação aos períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso é reconhecido como um activo.

Passivos/(activos) por impostos correntes para o exercício corrente e períodos anteriores são mensurados pelo valor previsto a ser pago às / (recuperado das) autoridades tributárias, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relato.

Activos e passivos por impostos diferidos

Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto na medida em que o passivo por impostos diferidos resultar a partir do reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção, a qual no momento da transacção, não afecta o lucro contabilístico nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um activo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que o lucro tributável estará disponível face ao qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada. Um activo por impostos diferidos não é reconhecido quando o mesmo resultar do reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção, no momento desta, não afectar o lucro contabilístico nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Os activos por impostos diferidos decorrente de prejuízos fiscais não utilizados, são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado.

Activos e passivos por impostos diferidos são mensurados com as taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis ao período quando o activo for realizado ou o passivo for liquidado, com base em taxas fiscais (e leis fiscais) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Gastos com impostos

Impostos correntes e diferidos são reconhecidos como rendimento ou gasto e incluídos no lucro ou prejuízo do exercício, excepto na medida em que o imposto decorre de:

- uma transacção ou acontecimento que é reconhecido, no mesmo ou num período diferente em outro rendimento integral.

Imposto sobre o valor acrescentado

O imposto sobre o valor acrescentado é reconhecido como parte dos custos de aquisição do activo ou parte dos custos, conforme aplicável.

1.6 Locações

Uma locação é classificada como financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e benefícios incidentais à propriedade. Uma locação é classificada como uma locação operacional se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios incidentais à propriedade.

Locações financeiras – Locatário

Locações financeiras são reconhecidas como activos e passivos na demonstração da posição financeira por quantias iguais ao justo valor do activo locado ou, se for inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. O passivo correspondente ao locador é incluído na demonstração da posição financeira como uma obrigação de locação financeira.

A taxa de desconto usada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos da locação é a taxa de juro implícita na locação.

Os pagamentos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do passivo vigente. O encargo financeiro é alocado a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Locações operacionais – locatário

Pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como um gasto pelo método linear durante o prazo da locação. A diferença entre os montantes reconhecidos como um gasto e os pagamentos contratuais são reconhecidos como um activo de locação operacional. Esta responsabilidade financeira não é descontada.

1.7 Imparidade de activos e outros activos financeiros

O Banco avalia, no final de cada período de relato, se existe alguma indicação de que um activo possa estar em imparidade.

Independentemente de haver qualquer indicação de imparidade, o Banco também:

- testa activos intangíveis com vida útil indefinida ou activos intangíveis ainda não disponíveis para o uso para perda por imparidade ao valor recuperável anualmente, comparando a quantia escriturada com o seu valor recuperável. Este teste de imparidade é realizado numa base anual e para todos os períodos de relato.
- testa a imparidade do *goodwill* adquirido numa concentração de actividades empresariais.

Se houver qualquer indicação de que um activo possa estar em imparidade, a quantia recuperável é estimada para o activo particular. Se não for possível estimar a quantia recuperável do activo particular, é determinada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

A quantia recuperável de um activo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior entre o seu justo valor menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Se a quantia recuperável de um activo for menor do que a quantia escriturada, esta é reduzida à sua quantia recuperável. Essa redução é uma perda por imparidade.

A perda por imparidade de activos registados pelo custo menos qualquer depreciação ou amortização acumulada é reconhecida imediatamente em gastos. Qualquer perda por imparidade de um activo revalorizado é tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de uma perda por imparidade de activos registados pelo custo menos depreciação ou amortização acumulada é reconhecida imediatamente em ganhos. Qualquer reversão de uma perda por imparidade de um activo revalorizado é tratada como um aumento de revalorização.

1.8 Capital social e capital próprio

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia interesses residuais nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Ações ordinárias são classificadas como capital próprio.

Acções ordinárias são reconhecidas pelo valor nominal e classificadas como 'capital social' no capital próprio. Todos os montantes recebidos da emissão de acções que excedem o valor nominal são classificados como 'prémio de emissão' no capital próprio. Os dividendos são reconhecidos como um passivo no momento em que os mesmos são declarados.

1.9 Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo

O custo dos benefícios de curto prazo aos empregados (aqueles pagos no prazo de 12 meses após o serviço ser prestado, tais como a licença remunerada e licença médica, bónus, e benefícios não monetários tais como cuidados médicos) é reconhecido no período em que o serviço é prestado e não é descontado.

O custo previsto de licenças remuneradas é reconhecido como um gasto, uma vez que os colaboradores prestam serviços que aumentam o seu direito, ou, no caso de ausências não acumuladas, quando a ausência ocorre.

O custo previsto de participação nos lucros e de pagamentos de bónus é reconhecido como um gasto quando existir uma obrigação legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência do desempenho passado.

Planos de contribuição definida

Pagamentos aos planos de benefícios de reforma de contribuição definida são registados como custo assim que se vencem.

O Banco faz contribuições obrigatórias aos planos de contribuição definida, nomeadamente para o Instituto Nacional de Segurança Social ("INSS").

1.10 Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando:

- o Banco tiver uma obrigação presente como resultado de um evento passado;
- for provável que uma saída de recursos que incorpora benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação; e
- a obrigação pode ser estimada com fiabilidade.

O montante da provisão é o valor presente das despesas que se esperam ser necessárias para liquidar a obrigação.

Na situação em que se espera que algumas ou todas as despesas necessárias para liquidar uma provisão sejam reembolsadas por outra parte, o reembolso será reconhecido quando, e somente quando, estiver praticamente certo que o reembolso será recebido caso a entidade liquide a obrigação. O reembolso deve ser tratado como um activo separado. O montante reconhecido para o reembolso não deverá exceder o montante da provisão.

Provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras.

Se uma entidade tiver um contrato que é oneroso, a obrigação presente nos termos do contrato será reconhecida e mensurada como uma provisão.

Uma obrigação construtiva de reestruturação surge apenas quando uma entidade:

- tem um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando pelo menos:
 - o negócio ou parte de um negócio em causa;
 - os principais locais afetados;
 - a localização, função e número aproximado de empregados que serão compensados pela cessação de seus serviços;
 - os gastos que serão realizados; e
 - quando será implementado o plano; e
- suscitou uma expectativa válida naqueles afetados de que realizará a reestruturação implementando esse plano ou anunciando as suas principais características aos afetados por eles.

Após o reconhecimento inicial, os passivos contingentes reconhecidos em combinações de negócios que são reconhecidos separadamente são subsequentemente mensurados segundo o:

- o valor que seria reconhecido como provisão; e
- o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada.

Activos e passivos contingentes não são reconhecidos. Contingências (se existirem) são divulgadas na Nota 29 nas notas às demonstrações financeiras.

1.11 Rédito

Política geral

O rédito é reconhecido no momento da transferência do controlo de produtos ou serviços prometidos aos clientes num valor que reflecta a contraprestação que o Banco espera receber em troca desses produtos ou serviços. O rédito é reconhecido líquido de provisões para devoluções e impostos cobrados aos clientes.

O rédito inclui taxas de prestação de serviços a clientes, cobrança de dívidas e encargos financeiros sobre empréstimos

Rendimentos de juros

Os juros são reconhecidos em resultados usando o método da taxa de juro efectiva.

É calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva à quantia escriturada bruta de um activo financeiro, excepto para:

- activos financeiros em imparidade adquiridos ou originados. Para esses activos financeiros, a Empresa aplica a taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito ao custo amortizado do activo financeiro desde o reconhecimento inicial.

- activos financeiros que não foram adquiridos ou originados de activos financeiros em imparidade, mas que posteriormente se tornaram activos financeiros em imparidade. Para esses activos financeiros, a Empresa aplica a taxa de juro efectiva ao custo amortizado do activo financeiro em períodos de relato subsequentes.

A taxa de juros efectiva é a taxa que exactamente desconta futuros pagamentos ou recebimentos em dinheiro estimados durante a vida prevista do activo ou passivo financeiro para o valor contabilístico bruto de um activo financeiro ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Banco estima os fluxos de caixa previstos, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera as perdas de crédito esperadas. O cálculo inclui todos os pontos e comissões pagos ou recebidos entre as partes no contrato que são parte integrante da taxa de juros efectiva, os custos de transacção e de todos os outros prémios ou descontos.

A taxa de juro efectiva é a taxa que exactamente desconta futuros pagamentos ou recebimentos em dinheiro estimados durante a vida prevista do activo ou passivo financeiro para a quantia escriturada bruta de um activo financeiro ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Banco estima os fluxos de caixa esperados, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera as perdas de crédito esperadas. O cálculo inclui todos os pontos e comissões pagos ou recebidos entre as partes no contrato que são parte integrante da taxa de juro efectiva, os custos de transacção e de todos os outros prémios ou descontos.

A taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do activo financeiro ao custo amortizado de um activo financeiro que é um activo financeiro com perda de crédito adquirida ou originada. Ao calcular a taxa de juro efectiva ajustada do crédito, a Empresa estima os fluxos de caixa esperados considerando todos os termos contratuais do activo financeiro e as perdas de crédito esperadas.

Rendimentos de serviços e comissões

O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões através dos serviços que presta aos seus clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias como se segue:

Comissões que são cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo

São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas operações de crédito, tais como a emissão de Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

Receita de taxas de prestação de serviços operacionais

As taxas são reconhecidas como rédito quando um acto significativo tiver sido realizado.

1.12 Custos diferidos

Custos diferidos são custos originados por empréstimos. Estes são reconhecidos ao longo do prazo do empréstimo usando o método da taxa de juro efectiva.

1.13 Custos de empréstimos obtidos

Custos de empréstimo que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo qualificável são capitalizados como parte do custo desse activo até que o activo esteja pronto para o uso pretendido. O montante dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização é determinado da seguinte forma:

- Custos de empréstimos reais em fundos especificamente considerados como empréstimo com o objectivo de obter um activo qualificável menos qualquer investimento temporário desses empréstimos.
- Média ponderada dos custos de empréstimos aplicáveis à entidade sobre os recursos geralmente emprestados com a finalidade de obter um activo qualificado. Os custos de empréstimos capitalizados não excedem o total dos custos incorridos.

A capitalização dos custos de empréstimos inicia quando:

- as despesas do activo foram incorridas;
- os custos de empréstimos foram incorridos, e
- quando as actividades que são necessárias para preparar o activo para seu uso pretendido ou venda estão em curso.

A capitalização é suspensa durante períodos prolongados em que o desenvolvimento activo é interrompido.

A capitalização cessa quando, substancialmente, todas as actividades necessárias para preparar o activo qualificável para seu uso ou venda pretendido são concluídas.

Outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que forem incorridos usando o método dos juros efectivos.

1.14 Conversão de moeda estrangeira

Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas, no reconhecimento inicial, em Meticais, pela aplicação à quantia de moeda estrangeira da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transacção.

No final de cada período de relato:

- itens monetários em moeda estrangeira são convertidos usando a taxa de fecho;
- itens não monetários que são mensurados em termos de custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando a taxa de câmbio à data da transacção; e
- itens não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos usando as taxas de câmbio à data quando o justo foi determinado.

As diferenças cambiais resultantes da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários à taxas diferentes daquelas a que foram convertidos no reconhecimento inicial, durante o período ou nas demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas em resultado e no período em que as mesmas surgem.

Quando o ganho ou perda num item não monetário for reconhecido em outro rendimento integral e acumulado no capital próprio, qualquer componente cambial desse ganho ou perda é reconhecido em noutro rendimento integral e acumulado no capital próprio. Quando um ganho ou perda num item não monetário for reconhecido em resultados, qualquer componente cambial desse ganho ou perda é, igualmente, reconhecido nos lucros ou prejuízos.

Fluxos de caixa decorrentes de transacções em moeda estrangeira são registados em Meticais pela aplicação à quantia em moeda estrangeira da taxa de câmbio entre o Metical e a moeda estrangeira à data do fluxo de caixa.

1.15 Partes relacionadas

Partes relacionados são indivíduos e empresas que têm a capacidade de directa ou indirectamente, controlar ou exercer influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras e operacionais. Transacções e saldos com partes relacionadas encontram-se divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

1.16 Valores Comparativos

Conforme necessário, dados comparativos foram reclassificados de acordo com as mudanças na apresentação do presente exercício.

2. Novas Normas e Interpretações

No presente exercício, o Banco aplicou todas as Normas novas e revistas e interpretações conforme emitidas pelo IASB e pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) do IASB que são relevantes para as suas operações e efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018.

2.1 Normas e interpretações novas e revistas antecipadamente adoptadas no presente exercício

As seguintes Normas e Interpretações relevantes foram aplicadas nestas demonstrações financeiras. No entanto, não tiveram nenhum impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, mas podem afectar as contas das transacções ou acordos futuros

NIRF 4 Contratos de Seguros - Alterações relativas à interacção entre a NIRF 4 e a NIRF 9

NIRF 15 Rédito de Contratos com Clientes - Primeira emissão

NIRF 15 Rédito de contratos com clientes - Esclarecimentos da NIRF 15

IFRIC 22 Transacções em Moeda Estrangeira e Considerações sobre Adiantamentos

2.2 Normas e Interpretações emitidas, mas ainda não efectivas

À data de autorização destas demonstrações financeiras, as seguintes Normas e Interpretações relevantes foram emitidas, mas em vigor no período anual em ou após as respectivas datas conforme indicado:

NIC 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras - alterações respeitantes de definição de material (data efectiva 1 de Janeiro de 2020)

NIC 12 Imposto sobre o Rendimento - alterações resultantes de Melhorias Anuais do Ciclo de 2015-2017 (consequências do imposto sobre o rendimento de dividendos) (data efectiva 1 de Janeiro de 2019)

NIC 19 Benefícios dos Empregados – alterações respeitantes ao plano de alterações, corte ou liquidações (data efectiva 1 de Janeiro de 2019)

NIC 23 Custos de Empréstimos Obtidos - alterações resultantes de Melhorias Anuais do Ciclo de 2015-2017 (custos de empréstimos elegíveis para capitalização) (data efectiva 1 de Janeiro de 2019)

NIRF 9 Instrumentos Financeiros - alterações respeitantes a recursos de pré-pagamento com compensação negativa e modificações de passivos financeiros (data efectiva 1 de Janeiro de 2019)

NIRF 16 Locações - Primeira Emissão (data efectiva 1 de Janeiro de 2019)

NIRF 17 Contratos de Seguros – Primeira emissão (data efectiva 1 de Janeiro de 2021)

IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento de imposto sobre o rendimento (data efectiva 1 de Janeiro de 2019)

Além do impacto da NIRF 16 listado abaixo, os administradores antecipam que essas emendas serão aplicadas nas demonstrações financeiras anuais para os períodos anuais iniciados nas respectivas datas conforme acima referido. Os administradores ainda não avaliaram o potencial impacto da aplicação dessas emendas.

Os administradores antecipam que a NIRF 16 será aplicada nas demonstrações financeiras anuais do Banco para os períodos anuais com início em 1 de Janeiro de 2019. Os administradores avaliaram o potencial impacto da aplicação da NIRF 16 Locações conformem explicado abaixo:

A NIRF 16 introduz um modelo abrangente para a identificação de contratos de locações e tratamentos contabilísticos para os locadores e locatários. A NIRF 16 substituirá a orientação actual de arrendamento, incluindo a NIC 17 Locações e as interpretações relacionadas quando ela se tornar efectiva.

A NIRF 16 diferencia contratos de locação e serviços com base no facto de um activo identificado ser controlado por um cliente. As distinções de locações operacionais (extrapatrimoniais) e locações financeiras (no balanço) são removidas para a contabilidade do locatário e são substituídas por um modelo em que um activo de direito de utilização e um passivo correspondente têm de ser reconhecidos para todos os locatários e locadores (ou seja, todos na demonstração da posição financeira), excepto para locações de curto prazo e locações de activos de baixo valor.

O activo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e subsequentemente mensurado pelo custo (sujeito a certas excepções), menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade, ajustadas para qualquer mensuração nova do passivo de locação. O passivo de locação é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de locações que não são pagos naquela data. Subsequentemente, o passivo de locação é ajustado para pagamentos de juros e locações, bem como o impacto de modificações de locações, entre outros. Além disso, a classificação dos fluxos de caixa será igualmente afectada, considerando que os pagamentos de locações operacionais segundo a NIC 17 são apresentados como fluxos de caixa operacionais enquanto que no modelo da NIRF 16, os pagamentos de locações serão divididos em capital e juros que serão apresentados como financiamento e fluxos de caixa operacionais, respectivamente. O Banco pretende aplicar um expediente prático disponível de acordo com a NIRF 16 para não reavaliar se um contrato é, ou contém, uma locação na data da aplicação inicial. Assim, o Banco aplicaria a NIRF 16 a contratos que foram previamente identificados como locações aplicando a NIC 17 Locações e a IFRIC 4 Determinar sobre se um Contrato contém uma Locação e não aplicando a NIRF 16 a contratos que não foram anteriormente identificados como contendo uma locação aplicando a NIC 17 e IFRIC 4. O Banco pretende ainda aplicar retrospectivamente a NIRF 16 com o efeito cumulativo da aplicação inicial da NIRF 16 reconhecida como um ajustamento no saldo inicial de resultados acumulados na data da aplicação inicial.

Em 31 de Dezembro de 2018, o Banco detém compromissos de locação operacional de MT 400,478.210 milhões. A NIC 17 não exige o reconhecimento de qualquer activo ou passivo de direito de uso para pagamentos futuros dessas locações; em vez disso, certas informações são divulgadas como compromissos de locação operacional na nota 26. Os administradores avaliaram o potencial impacto da aplicação da NIRF 16 Locações, que não se espera que seja material.

Por outro lado, para locações financeiras em que o Banco é o locatário, considerando que o Banco já reconheceu um activo e uma locação financeira relacionada ao contrato de locação, os administradores avaliaram a aplicação da NIRF 16 e constaram que não terá impacto sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais do Banco.

3. Juros e rendimentos similares

Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	2,118,503,154	1,315,334,536
Juros de empréstimos aos trabalhadores	895,632	1,131,065
Juros bancários	2,025,636	201,060
		-
Total de juros e rendimentos similares	2,121,424,422	1,316,666,661

4. Juros e gastos similares

Juros das obrigações	238,700,151	134,655,445
Juros de empréstimos e descobertos bancários	174,108,031	48,920,466
Juros de empréstimos dos accionistas	234,597,608	249,921,638
Juros de contratos de locação financeira	777,182	741,891
Juros de depósitos de clientes	123,365,327	234,332
Total de juros e gastos similares	771,548,299	434,473,772

5. Rendimentos de serviços e comissões

Rendimentos de serviços e comissões

Comissões de intermediação nos seguros de vida	41,643,372	24,935,519
Taxas administrativas	14,100	-
	41,657,472	24,935,519

Gastos com comissões e serviços

Outros gastos com comissões e serviços	56,306,385	19,202,380
Serviços e comissões líquidos	(14,648,913)	5,733,139

6. Operações financeiras líquidas

Diferenças de câmbio (desfavoráveis)/ favoráveis

Diferenças de câmbio (desfavoráveis)/ favoráveis líquidas	(30,220,637)	34,094,389
---	--------------	------------

Ganhos financeiros

Diferenças de câmbio favoráveis	518,529	298,886,188
---------------------------------	---------	-------------

Perdas financeiras

Diferenças de câmbio desfavoráveis	(30,739,164)	(264,791,799)
------------------------------------	--------------	---------------

7. Gastos com pessoal

Os gastos com o pessoal são como segue:

Remunerações aos trabalhadores	317,364,112	210,812,428
Impostos sobre remunerações	9,205,994	5,703,521
Total dos gastos com o pessoal	326,570,106	216,515,949

8. Outros gastos operacionais

Comunicações	7,896,241	6,071,327
Consultorias	184,050,092	159,166,394
Combustível	3,414,458	3,008,694
Marketing e promoções	14,702,004	5,894,116
Impressão e material de escritório	15,876,866	10,504,184
Manutenção e reparação	5,271,875	4,489,656
Rendas de imóveis	67,128,853	57,011,319
Imposto de selo	1,358,431	36,959,207
Seguros	4,077,736	2,762,675
Segurança de instalações	10,452,082	12,001,916
Deslocações e estadias	24,758,118	24,591,543
Despesas de representação	206,028	2,218,026
Multas e penalidades	36,583	186,605
Outros	124,734,104	90,361,973
Total de outros gastos operacionais	463,963,471	415,227,635

9. Impostos sobre o rendimento

9.1 Imposto sobre rendimento reconhecido em resultados

Imposto corrente

Total do imposto corrente	-	-
---------------------------	---	---

Imposto diferido

Em relação ao exercício corrente	129,422,257	105,461,600
Total do imposto diferido	129,422,257	105,461,600

Total de gastos com imposto sobre o rendimento reconhecido no exercício corrente	129,422,257	105,461,600
---	--------------------	--------------------

Reconciliação de gastos com impostos

Reconciliação entre o lucro contabilístico e gastos com impostos:

	Taxa de imposto	2018		2017	
		Valor	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto
Lucro antes de impostos		407,379,235		249,610,238	
Imposto sobre o rendimento usando a taxa de imposto	32.00%	130,361,355	32.00%	79,875,276	
Correcções fiscais					
Encargos não dedutíveis	10.64%	43,340,211	8.40%	20,963,842	
Rendimentos dedutíveis	(23.26)%	(30,321,858)	(65.23)%	(162,810,533)	
Prejuízos fiscais disponíveis para períodos futuros	-	-	42.25%	(61,971,415)	
Utilização de prejuízos fiscais de exercícios anteriores	(35.20)%	(143,379,708)	42.25%	(61,971,415)	
Tributação	-	-	-	-	

9.2 Activos e passivos por impostos correntes

Activos por impostos correntes (IRPC-Imposto por conta)	760,371	760,371
Em 1 de Janeiro	760,371	660,371
Imposto pago	100,000	100,000
Abate (Período de recuperabilidade expirado)	(660,371)	-
Em 31 de Dezembro	200,000	760,371

9.3 Saldos de impostos diferidos

Segue-se a análise de activos/(passivos) por impostos diferidos apresentados na demonstração da posição financeira:

Activos por impostos diferidos	447,064,207	517,711,808
Total de activos por impostos diferidos	447,064,207	517,711,808
Taxas de depreciação aceleradas	5,389,612	3,004,714
Diferenças cambiais desfavoráveis não realizadas	(4,408,535)	(11,675,894)
Prejuízos fiscais	316,660,873	455,735,387
Total de activos por impostos diferidos	317,641,950	447,064,207

Reconciliação de activos por impostos diferidos

Em 1 de Janeiro	447,064,207	552,525,807
Prejuízos fiscais disponíveis para dedução de rendimentos tributáveis futuros	(139,074,514)	(5,819,729)
Taxas de depreciação aceleradas	2,384,898	853,344
Diferenças cambiais desfavoráveis não realizadas	7,267,359	(100,495,215)
Em 31 de Dezembro	317,641,950	447,064,207

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais não utilizadas no valor de MT 989 milhões (2017: MT 1 424 milhões) estão suportados pelas projecções de lucros tributáveis do Banco para os próximos 5 anos. O Conselho de Administração está convicto que o Banco irá utilizar os activos por impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais não utilizados nos próximos 5 anos, que correspondem ao período permitido pela legislação Moçambicana relativa ao imposto sobre rendimento de pessoas colectivas.

Ao fazer tais projecções, foi considerada toda a evidência positiva e negativa disponível, incluindo as futuras reversões de diferenças temporárias tributáveis existentes, lucros tributáveis projectado, as estratégias de planeamento fiscal e os resultados recentes das operações. Os activos por impostos diferidos foram reconhecidos na extensão de todos os prejuízos fiscais não utilizados, cujos direitos de dedução expiram em cinco anos.

Reconciliação dos prejuízos fiscais

Em 1 de Janeiro	1,424,173,083	1,333,565,991
Correcções às declarações fiscais	13,453,735	(98,051,602)
Prejuízo fiscal expirado (2012)	-	(5,001,978)
Prejuízo do exercício	-	193,660,672
Prejuízos fiscais utilizados	(448,061,588)	-
Em 31 de Dezembro	989,565,230	1,424,173,083

Exercício financeiro	Prejuízos fiscais	Tributação 32%	Data limite
31 de Dezembro de 2016	782,450,824	250,384,264	31 de Dezembro de 2021
31 de Dezembro de 2017	207,114,406	66,276,609	31 de Dezembro de 2022
	1,424,173,083	316,660,873	

10. Caixa e disponibilidades no Banco Central

Activos correntes

A rubrica de caixa e disponibilidades no Banco Central é analisada como se segue:

Moeda nacional	204,472,926	626,100
-----------------------	--------------------	----------------

Os saldos detidos no Banco de Moçambique estão em conformidade com os requisitos regulamentares de manter reservas obrigatórias suficientes. As reservas obrigatórias mínimas foram de MT 136,260,391 em 2018 (2017: MT 626,100). O regime em vigor em 31 de Dezembro de 2018, conforme especificado no Aviso 12/GBM/2017, estabelece que as instituições financeiras têm a obrigação de depositar um saldo médio de 14% dos seus depósitos de clientes no final de cada período de apuramento. Estes depósitos obrigatórios não são remunerados. As reservas obrigatórias são restritas e não para uso diário pelo Banco e devem ser revistas mensalmente.

11. Depósitos em outras instituições financeiras

Activos correntes

Depósitos em outras instituições de crédito compreendem:

Saldos de caixa

Moeda nacional	-	29,961
Dinheiro móvel disponível	239,536	2,298,046
Total de saldos de caixa	239,536	2,328,007

Saldos em depósitos bancários

Moeda nacional	293,335,495	45,166,709
Moeda estrangeira	94,385,442	4,295,789
Total de saldos em depósitos bancários	387,720,937	49,462,498

Total de depósitos em outras instituições financeiras	387,960,473	51,790,505
--	--------------------	-------------------

12. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Montante bruto dos empréstimos	6,714,195,172	4,132,308,212
Imparidade acumulada	(281,161,009)	(204,048,396)
Empréstimos a adiantamentos a clientes	6,433,034,163	3,928,259,816

Análise do movimento da imparidade

Em 1 de Janeiro	204,048,396	184,856,753
Imparidade líquida reconhecida em resultados	77,097,922	20,120,866
Utilização das imparidades	14,691	(929,223)

Em 31 de Dezembro **281,161,009** **204,048,396**

Activos não correntes	5,724,514,752	3,370,382,345
Activos correntes	708,519,411	557,877,471
Empréstimos a adiantamentos a clientes	6,433,034,163	3,928,259,816

As divulgações sobre o risco de crédito encontram-se na nota 31.1.

À data do presente relatório não existiam empréstimos e contas a receber dos membros do Conselho Administração.

13. Outros activos

Activos correntes

Despesas pré-pagas	64,813,314	24,415,097
Outras devedores	24,525,353	20,884,637
Imparidade	(88,406)	-
Total de outros activos	89,250,261	45,299,734

Provisão de imparidade

Em 1 de Janeiro	-	-
Imparidade reconhecida em resultados	88,406	-
Em 31 de Dezembro	88,406	-

15. Activos Tangíveis

Activos não correntes

Custo	Móveis e utensílios	Viaturas	Equipamento de escritório	Equipamento informático	Obras em Edifícios Arrendados	Activos em Curso	Total
Em 1 de Janeiro de 2017	12,879,107	21,627,220	12,643,568	17,158,847	20,666,473	7,611,664	92,586,879
Adições	3,836,443	3,805,000	6,082,436	9,289,316	4,529,544	4,200,062	31,742,801
Alienações	-	(3,111,391)	-	-	-	-	(3,111,391)
Transferências	642,098	-	478,794	5,929,995	2,418,139	(7,611,664)	1,857,362
Em 31 de Dezembro de 2017	17,357,648	22,320,829	19,204,798	32,378,158	27,614,156	4,200,062	123,075,651
Adições	3,292,335	11,220,553	8,112,322	9,062,619	17,907,330	18,633,843	68,229,002
Alienações	-	(1,930,200)	-	(67,227)	-	-	(1,997,427)
Transferências	5,438,205	-	177,021	88,920	2,374,804	(10,343,897)	(2,264,947)
Em 31 de Dezembro de 2018	26,088,188	31,611,182	27,494,141	41,462,470	47,896,290	12,490,008	187,042,279

Depreciação acumulada

Em 1 de Janeiro de 2017	4,105,950	11,104,532	3,391,774	10,452,736	5,022,447	-	34,077,439
Depreciação do exercício	2,584,301	4,897,905	2,951,153	5,704,806	4,444,305	-	20,582,470
Alienações	-	(1,888,825)	-	-	-	-	(1,888,825)
Transferências	854	-	118,963	-	-	-	119,817
Em 31 de Dezembro de 2017	6,691,105	14,113,612	6,461,890	16,157,542	9,466,752	-	52,890,901
Depreciação do exercício	3,227,171	6,005,449	4,725,481	9,078,188	5,319,815	-	28,356,104
Alienações	-	(1,930,200)	-	(67,227)	-	-	(1,997,427)
A 31 de Dezembro de 2018	9,918,276	18,188,861	11,187,371	25,168,503	14,786,567	-	79,249,578

Quantia escriturada líquida

Em 31 de Dezembro de 2018	16,169,912	13,422,321	16,306,770	16,293,967	33,109,723	12,490,008	107,792,701
Em 31 de Dezembro de 2017	10,666,543	8,207,217	12,742,908	16,220,616	18,147,404	4,200,062	70,184,750

Os outros devedores decompõem-se como segue:

Adiantamentos aos trabalhadores	4,679,865	9,498,303
Depósitos de caução	4,777,375	2,868,222
Consumíveis	116,000	210,500
Devedores diversos	14,952,113	8,307,612
Total de outros devedores	24,525,353	20,884,637

Os outros devedores decompõem-se como segue:

Adiantamentos aos trabalhadores	9,498,303	6,278,538
Depósitos de caução	2,868,222	2,321,222
Consumíveis	210,500	654,610
Devedores diversos	8,307,612	7,975,226
Total de outros devedores	20,884,637	17,229,596

Devedores diversos incluem:

Outros	14,863,706	8,307,612
--------	------------	-----------

14. Outros activos financeiros

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, foi efectuado o seguinte investimento financeiro:

Empresa	Tipo	Participação (%)	Número de acções	Valor (MZN)
Sociedade Interbancária de Moçambique	Participação	0.50	63,275	6,327,548
Taxas de registo	-	-	-	632,754
Total do valor de investimento	-	0.50	-	6,960,302

Em Setembro 2018, o Banco adquiriu 0.5% das acções na SIMO (Sociedade Interbancária de Moçambique).

O investimento não é detido para negociação. Assim, os administradores do Banco optaram por designar esse investimento em instrumentos capital próprio pelo valor justo através de outro rendimento integral.



Quantias escrituradas líquidas de activos em regime de locação financeira

Valores em Meticais	2018	2017
Viaturas	2,260,274	3,197,774

16. Activos intangíveis

Activos não correntes

Custo	Software informático	Activo em desenvolvimento	Total
Em 1 de Janeiro de 2017	2,194,121	49,072,827	51,266,948
Adições	9,758,527	-	9,758,527
Transferência para activos tangíveis	-	(1,685,039)	(1,685,039)
Em 31 de Dezembro de 2017	11,952,648	47,387,788	59,340,436
Adições	1,411,986	10,454,358	11,866,344
Transferência	-	2,264,947	2,264,947
Em 31 de Dezembro de 2018	13,364,634	60,107,093	73,471,727

Amortizações acumuladas

Em 1 de Janeiro de 2017	1,661,984	-	1,661,984
Amortizações do exercício	1,492,934	-	1,492,934
Em 31 de Dezembro de 2017	3,154,918	-	3,154,918
Depreciação do exercício	1,699,451	-	1,699,451
Em 31 de Dezembro de 2018	4,854,369	-	4,854,369

Quantia escriturada líquida

Em 31 de Dezembro de 2018	8,510,265	60,107,093	68,617,358
Em 31 de Dezembro de 2017	8,797,730	47,387,788	56,185,518

17. Depósitos de clientes

Passivos correntes

Os depósitos de clientes são principalmente compostos por depósitos a prazo.

Empresas

Depósitos a prazo	494,884,857	2,000,000
Contas correntes Particulares	13,546	-
Depósitos a prazo	488,931,330	7,050,000
Depósitos à ordem	4,593,627	100,100
Total de depósitos de clientes	988,423,360	9,150,000

18. Recursos de instituições de crédito

Passivos correntes

Descobertos Bancários	1,540,345	156,102,736
-----------------------	-----------	-------------

O saldo de descobertos bancários refere-se a facilidades concedidas por outras instituições financeiras, por um período de 1 ano e vencem juros a taxas que variam de 19.70% to 20.20%. (31 de Dezembro de 2017: 27.50% a 28.50% por ano).

19. Outros passivos

Passivos correntes

Contas a pagar	25,960,905	31,825,052
Imposto retido na fonte a pagar	72,424,991	29,226,852
Credores diversos e acréscimos de gastos	215,136,649	52,869,614
Total de outros passivos	313,522,545	113,921,517

20. Locação financeira

Valor dos pagamentos mínimos das locações

Até um ano	1,856,483	1,489,276
Mais de um ano até cinco anos	1,003,242	2,298,223
	2,859,725	3,787,499
Menos: encargos financeiros futuros	(473,567)	(1,165,135)
Valor presente dos pagamentos mínimos das locações	2,386,158	2,622,364

Valor dos pagamentos mínimos das locações

Passivos correntes	1,450,764	803,520
Passivos não correntes	935,394	1,818,844
Valor presente dos pagamentos mínimos das locações	2,386,158	2,622,364

O saldo desta conta refere-se a contratos de locações financeiras de viaturas a 36 meses. O Banco tem a opção de compra destes activos por um valor nominal no fim do contrato. As obrigações do Banco no âmbito das locações financeiras são garantidas pelas cobranças do locador sobre os activos locados. A taxa de juro efectiva contratada é de 23.20% por ano (31 de Dezembro de 2017: 30.75% por ano).

21. Empréstimos

Ao custo amortizado

Obrigações	(i)	1,514,890,000	464,650,000
Crédito rendas	(ii)	898,577,923	80,522,637
Total de empréstimos		2,413,467,923	545,172,637

(i) Os juros sobre as obrigações séniores variam entre 22% a 27.25% por ano (2017: 29.25% a 31.25% por ano), com maturidades que variam de Março de 2020 a Junho de 2021.

(ii) Os juros sobre crédito rendas variam de 19.70% to 22.70% por ano (2017: 26.25% to 27.25% por ano), com maturidades que variam de Maio de 2021 a Janeiro de 2023.

Passivos não correntes

Ao custo amortizado	2,329,467,923	468,447,741
Passivos não correntes Ao custo amortizado	84,000,000	76,724,896
Total de empréstimos	2,413,467,923	545,172,637

22. Empréstimos dos accionistas

Empréstimo do accionista	(i)	2,132,178,289	2,718,791,626
Honorários profissionais	(ii)	139,854,076	197,969,559
Total dos empréstimos dos accionistas		2,272,032,365	2,916,761,185

(i) Os empréstimos da Bayport Management Ltd encontram-se denominados em USD e Meticais. O empréstimo em USD cobriu uma facilidade por um prazo de 10 anos no montante de USD 22,500,000 concedido em Janeiro de 2015 com juros a uma taxa fixa de 4% ao ano, que posteriormente foi convertido para capital próprio. O saldo remanescente de USD 19.5 milhões (incluindo honorários profissionais no valor de USD 8.6 milhões) foi convertido para Meticais, com a aprovação dos accionistas. Em Janeiro de 2017, foi concedida uma facilidade adicional no montante de USD 45,000,000, a uma taxa fixa de 4% ao ano. Deste empréstimo, USD 6,000,000 são reembolsáveis em Agosto de 2022 e o saldo remanescente reembolsável até Dezembro de 2026.

(ii) Os honorários profissionais são cobradas a uma taxa de 1.5% sobre empréstimos brutos concedidos aos clientes da Bayport, desde 16 de Novembro de 2016.

23. Capital Social

	Capital social	Outras componentes de capital próprio	Total
Em 1 de Janeiro de 2017	471,083,638	1,522,278,927	1,993,362,565
Transferência para aumento de capital social	1,434,724,362	(1,434,724,362)	-
Em 31 de Dezembro de 2017	1,905,808,000	87,554,565	1,993,362,565
Aumento de outras componentes de capital próprio	-	490,160,000	490,160,000
Em 31 de Dezembro de 2018	1,905,808,000	577,714,565	2,483,522,565

Reconciliação do número de acções emitidas:

	Nº. de acções	Total
Em 1 de Janeiro de 2017	471,084	471,084
Transferência da conta de excedente de rendimentos	1,434,724	1,434,724
Em 31 de Dezembro de 2017	1,905,808	1,905,808
Em 31 de Dezembro de 2018	1,905,808	1,905,808

Durante o exercício, não foram emitidas acções ordinárias (2017: 1,434,724 acções ordinárias ao custo de MZN 1,000 cada).

24. Reserva legal

Nos termos da legislação Moçambicana, o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal de pelo menos 15% dos seus lucros líquidos auditados, até que a reserva seja igual ao capital social. Por conseguinte, foi criada uma reserva legal de MT 21,622,296 com base nos lucros obtidos em 2017, isto não era aplicável em 2017, considerando que o Banco estava numa posição deficitária em 2016 e em anos anteriores. A reserva não pode ser distribuída, mas pode ser utilizada para recuperar perdas ou aumentar o capital social.

Em 1 de Janeiro	-	-
Dotação do exercício	21,622,296	-
Em 31 de Dezembro de 2018	21,622,296	-

25. Fluxo de caixa utilizado nas operações

Lucro antes de impostos	407,379,235	249,610,23
Ajustamentos:		
Depreciações e amortizações	30,055,555	22,022,900
Lucro na alienação de activos não correntes detidos para venda	(148,119)	(1,477,171)
Ganhos/(perdas) não realizados em moeda estrangeira	23,556,801	(39,783,455)
Gastos com imparidade de crédito	97,453,636	20,120,866
Variações no capital circulante:		
Redução de outros devedores	(43,378,563)	(8,838,735)
Aumento do montante bruto de empréstimos e adiantamentos a clientes	(2,602,139,577)	(1,451,898,061)
Aumento/(redução) das contas a pagar	131,231,585	(153,013,889)
Aumento em depósitos de clientes	979,273,260	9,150,100
Fluxo de caixa utilizado nas operações	(976,716,187)	(1,354,107,207)

26. Compromissos

Locações operacionais – Banco como locatário (gastos)

Pagamentos mínimos devidos de locações

- até um ano	89,474,921	57,324,819
- mais de um ano até cinco anos inclusive	234,891,289	111,923,051
- mais de cinco anos	76,112,000	55,849,662
Total de pagamentos mínimos devidos de locações	400,478,210	225,097,532

O Banco celebrou contratos de locação operacional relativos a agências e instalações onde funciona a sua sede social. Estas locações têm duração média de um a dez anos, com opção de renovar o contrato após o vencimento. Os valores dos contratos são ajustados anualmente para reflectir a inflação do mercado. As rendas mínimas a pagar de operações de locação operacional irrevogáveis eram como divulgados acima à data de 31 de Dezembro de 2018.

27. Variações nos passivos decorrentes de actividades de financiamento

econciliação de passivos decorrentes de actividades de financiamento – 2018

	Saldo de abertura	Fluxos de caixa de financiamento	Variações cambiais	Outros movimentos não monetários	Saldo final
Locação financeira	2,622,364	(236,207)	-	-	2,386,157
Empréstimos	545,172,636	1,868,295,287	-	-	2,413,467,923
Empréstimos dos accionistas	2,718,791,626	(109,756,178)	13,302,841	(490,160,000)	2,132,178,289
Total de passivos decorrentes de actividades de financiamento	3,266,586,626	1,758,302,902	13,302,841	(490,160,000)	4,548,032,369

Reconciliação de passivos decorrentes de actividades de financiamento - 2017

	Saldo de abertura	Fluxos de caixa de financiamento	Variações cambiais	Outros movimentos não monetários	Saldo final
Locação financeira	1,941,023	681,341	-	-	2,622,364
Empréstimos	454,122,882	91,942,907	-	(893,153)	545,172,636
Empréstimos dos accionistas	1,743,623,914	774,667,567	(29,382,325)	229,882,470	2,718,791,626
Total de passivos decorrentes de actividades de financiamento	2,199,687,819	867,291,815	(29,382,325)	228,989,317	3,266,586,626

28. Caixa e equivalentes de caixa

Segue-se um resumo do total de caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	204,472,926	626,100
Depósitos em outras instituições de crédito	11	387,960,473	51,790,505
Recursos de instituições de crédito	18	(1,540,345)	(156,102,736)
Total de caixa e equivalentes de caixa		590,893,054	(103,686,131)

29. Passivos contingentes

Não existem quaisquer passivos contingentes materiais à data de relato.

30. Partes relacionadas

Empresa mãe	Bayport Management Ltd
Empresa sob controlo comum	Actvest (Proprietary) Limited
Empresa com administradores comuns	Evolutio Capital Limited KACS Construções, Consultoria e Servicos, Ltda
Administradores	CW Ducker Suzette José Dalsuco

30.1 Saldo de partes relacionadas

Montante devido a partes relacionadas

Bayport Management Ltd (Empréstimo)	2,132,178,289	2,718,791,628
Bayport Management Ltd (Honorários profissionais)	139,854,076	197,969,559
Actvest (Proprietary) Limited	103,318	3,557,605
CW Ducker	-	206,124
Suzzete Jose Dalsuco	-	307,127

O montante a pagar aos accionistas encontra-se divulgado na nota 22.

30.2 Transacções com partes relacionadas

Bayport Management Ltd

Juros pagos	234,597,608	249,921,638
Honorários por serviços profissionais	75,548,177	66,624,889

Actvest (Proprietary) Limited

Honorários por serviços profissionais	80,658,875	79,092,170
---------------------------------------	------------	------------

KACS Construções, Consultoria e Serviços, Lda

Remuneração dos administradores	2,215,777	2,112,318
---------------------------------	-----------	-----------

CW Ducker

Remuneração dos administradores	206,124	206,124
---------------------------------	---------	---------

Mrs. Suzzete Jose Dalsuco

Remuneração dos administradores	187,312	307,127
---------------------------------	---------	---------

Remunerações dos administradores e outro pessoal chave da gestão

Benefícios de curto prazo ao pessoal	27,411,580	30,791,798
--------------------------------------	------------	------------

31. Gestão de risco

O Conselho de Administração é responsável pela gestão de riscos e pelo estabelecimento da estrutura de gestão de risco. A supervisão da gestão de risco é da responsabilidade do Comité de Auditoria, risco e compliance ("ARC"). O Comité de ARC monitora riscos associados aos relatórios financeiros, políticas contabilísticas, controlo interno e governança de tecnologias de informação. O Comité de Auditoria, risco e compliance é responsável pela gestão de risco, incluindo a definição da estrutura de gestão de risco, definição da apetência pelo risco e monitoria da gestão de risco do Banco incluindo crédito e compliance.

31.1 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda resultante de incumprimento de um cliente ou uma contraparte em cumprir uma obrigação para com o Banco. Os principais risco de crédito a que o Banco está exposto resultam de empréstimos a retalho. Não faz parte das estratégias do Banco evitar o risco de crédito, mas pelo contrário gerir risco de crédito no âmbito da apetência pelo risco do Banco e obter um retorno adequado e ajustado ao risco.

Gestão e mensuração de risco de crédito

O Banco é responsável pela identificação, mensuração, gestão, controlo e comunicação de risco de crédito às suas unidades de negócios. A exposição a perdas de crédito é gerida pela avaliação da sustentabilidade do cliente e da sua capacidade de reembolsar empréstimos, o perfil de risco, a situação de emprego e a estabilidade do cliente. Os prazos de empréstimos concedidos variam de 3 a 60 meses. A imparidade é monitorada e registada usando técnicas estatísticas, incluindo modelos comportamentais e experimentais. Estes modelos são baseados em informações de desempenho financeiro dos clientes enquanto fizerem parte da carteira e assumem que o desempenho recente é um forte indicador de desempenho futuro. Os modelos são desenvolvidos internamente.

As cobranças das prestações são feitas através de deduções na folha de pagamento ou cobranças por ordem de débito. O modelo de identificação de perdas esperadas é desenvolvido usando técnicas estatísticas com base em dados históricos reais. A perda esperada é calculada para cada conta activa, usando estimativas de parâmetro incluindo a probabilidade de incumprimento ("PD" na sigla Inglesa), exposição em incumprimento (EAD na sigla Inglesa) e perda dado o incumprimento (LGD na sigla Inglesa), segmentada usando situações de delinquência assumida (antiguidade, actualização e motivo para incumprimento) assim como o prazo remanescente. A segmentação garante grupos de risco homogêneos. A perda dado o incumprimento é calculada numa base explícita por conta, tomando em consideração o saldo a liquidar, as taxas de desconto e os períodos de desconto.

O Banco utilizou a definição de vencido há mais de 30 dias para determinar o aumento significativo do risco de crédito conforme o parágrafo 5.5.11 da NIRF 9.

Uma vez que as cobranças são principalmente através de deduções na folha de pagamentos, o Banco definiu activos financeiros em imparidade de crédito como sendo aqueles que falharam 4 ou mais prestações consecutivas ou quando existirem informações qualitativas que demonstrem o mutuário estar em dificuldade financeira. Portanto, rebatemos o pressuposto de 90 dias, com base na análise quantitativa histórica das probabilidades de incumprimento e no alinhamento de processos operacionais de cobrança.

Activos financeiros sujeitos a risco

A exposição máxima ao risco de crédito dos activos financeiros no final do exercício é analisada como se segue:

31 de Dezembro de 2018	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outras contas a receber	Outros investimentos financeiros	Total
Nem vencido nem em imparidade	5,540,505,108	23,748,982	6,960,302	5,571,214,392
Vencido mas não em imparidade	766,398,694	-	-	766,398,694
Em imparidade	115,141,144	-	-	115,141,144
Dedução da imparidade	(281,161,009)	(88,406)	-	(281,249,415)
	6,140,883,937	23,660,576	6,960,302	6,171,504,815

31 de Dezembro de 2017	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outras contas a receber	Outros investimentos financeiro	Total
Nem vencido nem em imparidade	3,081,507,771	20,674,137	-	3,102,181,908
Vencido mas não em imparidade	844,967,192	-	-	844,967,192
Em imparidade	68,391,335	-	-	68,391,335
Dedução da imparidade	(204,048,396)	-	-	(204,048,396)
	3,790,817,902	20,674,137	-	3,811,492,039

Activos financeiros vencidos mas sem imparidade de crédito

A maturidade dos empréstimos e adiantamentos vencidos não em imparidade são os seguintes:

Vencido até		
1 mês	172,044,818	282,422,994
1-2 meses	152,381,066	137,304,900
2-3 meses	83,615,160	114,573,908
3-4 meses	69,899,024	80,024,075
Mais de 4 meses	288,458,626	230,641,315
Empréstimos vencidos mas não em imparidade	766,398,694	844,967,192

Avaliação das garantias

Os empréstimos não são garantidos e a garantia detida pelo Banco é imaterial.

Reconciliação das perdas por imparidade

	Perdas por imparidade para 12 meses	Perdas por imparidade previstas para o ciclo de vida	Activos financeiros com perdas por imparidade	Total
Em 1 de Janeiro de 2017	32,602,477	134,131,413	18,122,863	184,856,753
Originações	19,711,500	12,804,677	2,528,988	35,045,165
Movimentos da carteira existente	(15,917,096)	(4,784,340)	21,147,600	446,164
Desreconhecimento (liquidações no decurso normal das actividades)	(3,210,400)	(10,566,508)	(1,593,555)	(15,370,463)
Abates	-	-	(929,223)	(929,223)
Em 31 de Dezembro 2017	33,186,481	131,585,242	39,276,673	204,048,396
Originações	40,402,441	13,971,521	4,880,523	59,254,485
Movimentos da carteira existente	(2,406,714)	872,892	54,063,457	52,529,635
Desreconhecimento (liquidações no decurso normal das actividades)	(6,225,955)	(4,738,775)	(23,692,086)	(34,656,816)
Abates	-	-	(14,691)	(14,691)
Em 31 de Dezembro de 2018	64,956,253	141,690,880	74,513,876	281,161,009

31.2 Categorias de instrumentos financeiros

Activos financeiros

Ao custo amortizado

Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	204,472,926	626,100
Depósitos em outras instituições financeiras	11	387,960,473	51,790,505
Empréstimos a adiantamentos a clientes		6,140,883,937	3,790,817,902
Outros activos		23,660,575	20,674,137
Ao justo valor através de outro rendimento integral			
Investimento em outros activos financeiros	14	6,960,302	-
		6,763,938,213	3,863,908,644

Passivos financeiros

Ao custo amortizado

Depósitos de clientes	17	988,423,360	9,150,100
Recursos de instituições de crédito	18	1,540,345	156,102,736
Outros passivos		234,939,124	80,397,811
Recursos de instituições de crédito	20	2,386,157	2,622,364
Empréstimos	21	2,413,467,923	545,172,636
Locação financeira	22	2,272,032,365	2,916,761,185
		5,912,789,274	3,710,206,832

31.3 Gestão de riscos financeiros

As actividades do Banco encontram-se expostas a uma variedade de riscos financeiros e essas actividades envolvem a análise, avaliação, aceitação e gestão de algum grau de risco ou combinação de riscos. Assumir risco é inerente à actividade financeira, e os riscos operacionais são uma consequência inevitável do exercer esta actividade. O objectivo do Banco é, portanto, alcançar um equilíbrio adequado entre o risco e retorno e minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Banco.

31.4 Risco de liquidez

A tabela a seguir analisa os activos e passivos em agrupamentos de maturidade relevantes, com base no período remanescente da demonstração da posição financeira à data de maturidade contratual. Os montantes divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

A adequação e a inadequação controlada dos prazos de vencimento e das taxas de juros de activos e passivos é fundamental para a gestão do Banco. Não é comum que as instituições financeiras sejam sempre completamente correspondidas uma vez que o negócio praticado é, muitas vezes, incerto e de diferentes tipos. Uma posição não correspondida aumenta potencialmente a lucratividade, mas também pode aumentar o risco de perdas.

A maturidade dos activos e passivos para substituir, a um custo aceitável, passivos geradores de juros assim que vençam, é um factor importante na avaliação da liquidez do Banco e da sua exposição a mudanças nas taxas de juros e taxas de câmbio.

31 de Dezembro de 2018

Fluxos de caixa de passivos financeiros	0-3 meses	4-12 meses	1-5 anos	Total
Depósitos de clientes	213,970,556	922,772,349	-	1,136,742,905
Recursos de instituições de crédito	1,540,345	-	-	1,540,345
Outros passivos	234,939,124	-	-	234,939,124
Locação financeira	464,121	1,392,362	1,003,242	2,859,725
Empréstimos	142,137,978	505,836,102	3,305,395,850	3,953,369,930
Empréstimos dos accionistas	301,609,578	344,732,713	2,316,517,312	2,962,859,603

Fluxos de caixa de passivos financeiros

894,661,702 1,774,733,526 5,622,916,404 8,292,311,632

31 de Dezembro de 2017

Fluxos de caixa de passivos financeiros	0-3 meses	4-12 meses	1-5 anos	Total
Depósitos de clientes	2,429,049	8,622,613	-	11,051,662
Recursos de instituições de crédito	156,102,736	-	-	156,102,736
Outros passivos	80,397,811	-	-	80,397,811
Locação financeira	372,578	1,116,518	2,298,222	3,787,318
Empréstimos	33,116,885	201,536,267	774,272,186	1,008,925,338
Empréstimos de accionistas	82,709,284	234,450,132	726,263,499	1,043,422,915
Fluxos de caixa de passivos financeiros	355,128,343	445,725,530	1,502,833,907	2,303,687,780

31.5 Risco de taxa de juros

O objectivo do processo de gestão de risco de taxa de juros do Banco é gerir e controlar a exposição da taxa de juros para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão da entidade.

O risco de taxa de juros é o risco de os movimentos nas taxas de juro reduzirem o rendimento ou o capital do Banco.

A parte principal da gestão de risco de taxa de juros do Banco é o acompanhamento da sensibilidade do rendimento líquido de juros projectado sob diferentes cenários de taxa de juros (modelagem de simulação). O Banco tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxa de juros, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juros, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

Análise de sensibilidade - Aumento/redução de 10% na margem líquida de juros

A análise de sensibilidade de riscos de taxas de juro é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juros de mercado que afectam o rendimento ou os encargos de juros de instrumentos financeiros variáveis,
- Alterações nas taxas de juro de mercado que afectam apenas o rendimento ou os encargos de juros em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas se estes forem reconhecidos pelo seus justos valores,
- As alterações nas taxas de juro terão um efeito sobre activos e passivos sensíveis a juros e, portanto, a modelagem de simulação é aplicada aos instrumentos financeiros que são sujeitos a taxas de juros variáveis,
- As projecções incluem outros pressupostos, incluindo todas as posições executadas até a maturidade.

A tabela abaixo resume o impacto sobre o lucro corrente e o capital próprio de um aumento de 10% e de uma redução correspondente em todas as curvas de rendimento no início no exercício financeiro iniciado em 1 de Janeiro de 2018.

31 de Dezembro de 2018	Montante	Cenário 1 Efeito após o aumento de 10% nas taxas de juros variáveis	Cenário 2 Efeito após a redução de 10% nas taxas de juros variáveis
Lucro após impostos	277,956,978	266,990,278	288,923,676
Capital próprio	1,624,557,439	1,613,590,739	1,635,524,137

31 de Dezembro de 2017	Valor	Cenário 1 Efeito após o aumento de 10% nas taxas de juros variáveis	Cenário 2 Efeito após a redução de 10% nas taxas de juros variáveis
Lucro após impostos	144,148,638	131,612,764	156,684,512
Capital próprio	856,440,462	843,904,587	868,976,335

Assumindo a falta de acções de gestão, uma subida diminuiria os lucros após impostos do Banco e o capital próprio em MT 10,966,700 (2017: MT 12,535,874) enquanto uma redução aumentaria os lucros após impostos e o capital próprio nas mesmas quantias.

31.6 Gestão de risco de capital

A estrutura de capital do Banco consiste em capital próprio atribuível aos accionistas que compreende o capital realizados e os lucros acumulados. O Banco revê, regularmente, a estrutura de capital. O Banco não está sujeito a nenhuns requisitos de capital externamente impostos.

A estrutura de capital do Banco consiste em dívida, que inclui os empréstimos bancários divulgados nas notas 20 e 21, valores a pagar aos accionistas divulgados na nota 22, caixa e equivalentes de caixa divulgados nas notas 10, 11 e 18 e o capital próprio conforme divulgado na demonstração da posição financeira. De modo a manter ou ajustar a estrutura de capital, o Banco pode ajustar o montante dos dividendos pagos aos accionistas, retornar o capital aos accionistas, emitir novas acções para reduzir a dívida. Tal como as outras entidades no sector, o Banco monitora o capital em função do rácio de alavancagem.

Rácios

Os rácios de alavancagem em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 foram os seguintes, respectivamente:

Total de empréstimos			
Depósitos de clientes	17	988,423,360	9,150,100
Empréstimos	21	2,413,467,923	545,172,636
Locação financeira	10	2,386,157	2,622,364
Empréstimos dos accionistas	22	2,272,032,365	2,916,761,185
		5,676,309,805	3,473,706,285
Menos: valor líquido de caixa e equivalentes de caixa	10,11&18	(387,720,937)	(49,462,498)
Dívida líquida		5,288,588,868	3,424,243,788
Total do capital próprio		1,624,557,439	856,440,461
Total do capital		6,913,146,307	4,280,684,249
Rácio de alavancagem		77%	80%

31.7 Risco cambial

O Banco possui certos empréstimos em moeda estrangeira e está sujeito a riscos cambiais decorrentes de várias exposições cambiais. Consequentemente, o Banco está exposto ao risco de os valores contabilísticos desses activos e passivos denominados em moeda estrangeira poderem alterar devido a flutuações nas taxas de câmbio.

A posição cambial do Banco é a seguinte:

31 de Dezembro de 2017	MZN	USD	ZAR	Total
Activos				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	204,472,926	-	-	204,472,926
Depósitos em outras instituições de crédito	293,538,646	94,408,131	13,699	387,960,476
Empréstimos a adiantamentos a clientes	6,140,883,937	-	-	6,140,883,937
Outros activos	23,660,575	-	-	23,660,575
Investimentos em outros activos financeiros	6,960,302	-	-	6,960,302
Total de activos financeiros	6,669,516,386	94,408,131	13,699	6,763,938,216
Passivos				
Depósitos de clientes	988,423,360	-	-	988,423,360
Recursos de instituições de crédito	1,540,345	-	-	1,540,345
Outros passivos	234,835,806	-	103,318	234,939,124
Locação financeira	2,386,158	-	-	2,386,158
Empréstimos	2,413,467,923	-	-	2,413,467,923
Empréstimos dos accionistas	1,194,938,512	1,077,093,853	-	2,272,032,365
Total dos passivos financeiros	4,835,592,104	1,077,093,853	103,318	5,912,789,275
Posição financeira líquida	1,833,924,282	(982,685,722)	(89,619)	851,148,941

31 de Dezembro de 2017	MZN	USD	ZAR	Total
Total de activos financeiros	3,859,612,855	4,177,689	118,100	3,863,908,644
Total dos passivos financeiros	(2,751,724,579)	(952,839,754)	(5,642,500)	(3,710,206,833)
Posição financeira líquida	1,107,888,276	(948,662,065)	(5,524,400)	153,701,811

O objectivo do processo de gestão de risco cambial do Banco é gerir e controlar a exposição cambial para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão da entidade.

O risco cambial é o risco dos movimentos das taxas de câmbio reduzirem os rendimentos ou o capital do Banco.

A parte principal da gestão de risco cambial do Banco é o acompanhamento da sensibilidade dos ganhos futuros e do capital para diferentes taxas de câmbio. O Banco tem como objectivo, através da sua gestão de risco cambial, mitigar o impacto das flutuações cambiais, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

Riscos cambiais - apreciação/depreciação do Metical face a outras moedas em 10%

A análise de sensibilidade de riscos cambiais baseia-se nos seguintes pressupostos:

- As exposições cambiais representam posições cambiais líquidas de todas as moedas diferentes do Metical,
- A análise de sensibilidade de moedas é baseada no pressuposto de que todas as posições cambiais líquidas são altamente eficazes,
- A moeda base em que os negócios do Banco são realizados é o Metical.

A tabela abaixo resume o impacto sobre o lucro corrente e o capital próprio de uma redução 10% e de um aumento correspondente em todas as moedas estrangeiras no início do exercício financeiro iniciado em 1 de Janeiro de 2018.

Assumindo a ausência de acções de gestão, uma série de tais reduções e aumentos afectaria os ganhos futuros e o capital, conforme ilustrado na tabela abaixo:

31 de Dezembro de 2018	Montante	Cenário 1 Efeito após a apreciação de 10% em MZN	Cenário 2 Efeito após a depreciação de 10% em MZN
Lucro após impostos	277,956,978	344,838,379	211,075,577
Capital próprio	1,624,557,439	1,691,438,839	1,557,676,037
31 de Dezembro de 2017			
Lucro após impostos	144,148,638	209,033,318	79,263,958
Capital próprio	856,440,461	921,325,142	791,555,782

Assumindo a falta de acções de gestão, uma apreciação do Metical aumentaria o lucro após de impostos e o capital próprio do exercício em MT 66,881,401 (31 de Dezembro de 2017: redução da perda após impostos e do capital próprio em MT 64,884,681), enquanto uma depreciação no Metical diminuiria o lucro após impostos e o capital próprio em MT 66,881,401 (31 de Dezembro de 2017: aumento da perda após impostos e do capital próprio em MT 64,884,681).

32. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e os preços das acções. O risco dos preços das acções não se aplica à instituição.



33. Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação da instituição, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. A instituição não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos potenciais riscos, a instituição é capaz de gerir os riscos. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

34. Mensuração do justo valor

As informações abaixo apresentam a forma como o Banco determina o justo valor dos diversos activos e passivos financeiros.

Os instrumentos financeiros que são mensurados após o reconhecimento inicial pelo justo valor, são agrupados em Níveis 1 a 3 com base no grau em que o justo valor é observável:

Nível 1: Preços cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos financeiros idênticos. Este nível inclui valores mobiliários cotados e instrumentos de dívida na bolsa de valores (por exemplo, Bolsa de Valores de Moçambique).

Nível 2: *Inputs*, além dos preços cotados, incluídos no nível 1 que são adoptados pelo mercado para o activo ou passivo, seja directamente (ou seja, como preços) ou indirectamente (ou seja, derivados dos preços).

Nível 3: *Inputs* para o activo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Este nível inclui investimentos de capital e instrumentos de dívida com componentes não observáveis significativos.

Justo valor de activos e passivos financeiros do Banco que são mensurados pelo justo valor numa base recorrente

Excepto quando divulgado em outra parte, os Administradores consideram que a quantia escriturada dos outros activos financeiros se aproxima dos seus justos valores.

Justo valor de activos e passivos financeiros que não são mensurados pelo justo valor numa base recorrente (mas cujas divulgações do justo valor são necessárias)

O Banco utiliza o modelo do valor presente líquido a fim de obter o justo valor de activos financeiros. As taxas de juros utilizadas para o desconto são observáveis no mercado e correspondem às taxas de juros dos Bilhetes do Tesouro, dependendo das datas de maturidade.

O justo valor de instrumentos não cotados, empréstimos bancários e outros passivos financeiros é estimado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros usando taxas actualmente disponíveis para dívidas em condições similares, risco de crédito e maturidades remanescentes.

A tabela a seguir mostra uma análise dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado pelo nível da hierarquia de justo valor:

	2018		2017	
	Quantia escriturada MZN	Justo valor MZN	Quantia escriturada MZN	Justo valor MZN
Activos financeiros ao custo amortizado				
Empréstimos e contas a receber				
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	6,140,883,937	6,140,883,937	3,790,817,902	3,790,817,902
Justo valor através de outro rendimento integral				
Investimento em outros activos financeiros	6,960,302	6,960,302	-	-
	6,147,844,239	6,147,844,239	3,790,817,902	3,790,817,902
Passivos financeiros ao custo amortizado				
- Depósitos de clientes	988,423,360	988,423,360	9,150,100	9,150,100
- Locação financeira	2,386,158	2,386,158	2,622,364	2,622,364
- Empréstimos	2,413,467,923	2,413,467,923	545,172,637	545,172,637
- Empréstimos dos accionistas	2,272,032,365	2,272,032,365	2,916,761,185	2,916,761,185
	5,676,309,806	5,676,309,806	3,473,706,286	3,473,706,286

Hierarquia do justo valor em 31 de Dezembro de 2018

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN
Activos financeiros ao custo amortizado				
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	6,140,883,937	6,140,883,937
Justo valor através de outro rendimento integral				
Investimento em outros activos financeiros	-	-	6,960,302	6,960,302
Total	-	-	6,147,844,239	6,147,844,239

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN
Passivos financeiros ao custo amortizado				
- Depósitos de clientes	-	-	988,423,360	988,423,360
- Locação financeira	-	-	2,386,158	2,386,158
- Empréstimos	-	-	2,413,467,923	2,413,467,923
- Empréstimos dos accionistas	-	-	2,272,032,365	2,272,032,365
Total	-	-	5,676,309,806	5,676,309,806

Hierarquia do justo valor em 31 de Dezembro de 2017

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber				
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	3,790,817,902	3,790,817,902
Total	-	-	3,790,817,902	3,790,817,902

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN

Passivos financeiros ao custo amortizado

- Depósitos de clientes	-	-	9,150,100	9,150,100
- Locação financeira	-	-	2,622,364	2,622,364
- Empréstimos	-	-	545,172,637	545,172,637
- Empréstimos dos accionistas	-	-	2,916,761,185	2,916,761,185
Total	-	-	3,473,706,286	3,473,706,286

35. Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorado usando, entre outras medidas, as regras e os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique. Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que a Bayport:

- cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- tenha a capacidade de operar segundo o pressuposto da continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

A Bayport cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito ao Rácio de Adequação de Capital tal como à Solvabilidade e à Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige a cada banco para manter o nível mínimo do capital regulamentar de 8% dos activos ponderados pelo risco. Por este facto, o Banco não poderá aumentar o património de activos, de acordo com o Aviso 6/GBM/2007 e a capacidade de continuidade pode estar em causa.

A tabela a seguir resume o cálculo do índice de adequação de capital da instituição para a exercíção findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 de acordo com as exigências do Banco de Moçambique:

Fundos próprios de base (Tíer I)

Capital social realizado	1,905,808,000	1,905,808,000
Reserva legal	21,622,296	-
Reservas elegíveis e resultados transitados	(1,158,544,401)	(1,281,070,743)
Activos intangíveis	(68,617,358)	(53,349,271)
Gap na imparidade de crédito	(129,587,939)	(141,115,512)

Fundos próprios de base (Tíer I)

570,680,598 **430,272,474**

Fundos próprios complementares (Tíer II)

Outros	735,603	492,412
--------	---------	---------

Fundos próprios capital Complementares (Tíer II)

735,603 **492,412**

Capital Elegível (Tíer I e Tíer II)

571,416,201 **430,764,886**

Activos Ponderados pelo Risco (APR)

Na Posição financeira	5,884,826,914	3,939,297,320
Na Posição extrapatrimonial	-	-
Risco operacional e de mercado	88,237,085	135,682,398
Total dos activos ponderados	5,973,063,999	4,074,979,718

Rácios de adequação de Capital

Tíer I	9.55%	10.56%
Tíer II	0.01%	0.01%
Rácio de solvabilidade	9.57%	10.57%
Rácio de solvabilidade (Mínimo Exigido)	8.00%	8.00%

36. Acontecimentos após a data do balanço

Não houveram eventos significativos após a data de relato que exigissem a divulgação ou ajustamento nas demonstrações financeiras do exercíção findo em 31 de Dezembro de 2018.